

Educação



DIZ NA AALCA

UNIVERSIDADE FEDERAL
FACULDADE DE
BIBLIOTECA
BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DO RIO GRANDE DO SUL

três por 4

Educação: muito mais do que progresso

Bruno Cassiano

QUANDO ESCOLHEMOS O TEMA Educação para esta edição de TRÊS POR 4, procuramos estender seu significado ao maior número de possibilidades possíveis. Educação é progresso, já diria a bandeira do Brasil carregada por nosso entrevistado especial, o senador Cristovam Buarque, durante sua campanha para a Presidência da República. Mais do que isso, acreditamos que Educação, enquanto campo da aprendizagem, deve ser o espaço onde circulam a contradição, a discussão de idéias ou mesmo a própria formulação de perguntas sem a menor intenção de se obter respostas objetivas.

A atividade do jornalismo, por sua vez, tem muito a ver com o tema sobre o qual tratamos. Ambos devem estar a serviço do conhecimento. Na grande imprensa, entretanto, vê-se pouco espaço para o confronto de idéias sobre assuntos que deveriam estar sempre em pauta, enquanto a busca desenfreada pela informação em si mesma toma conta dos noticiários e dos portais multimídia. Assim como Educação deve ser muito mais do que formação escolar, o jornalismo precisa estar além da simples procura pelo factual.

Embora esta publicação não siga uma linha ideológica específica, não há, tampouco, o intuito de se realizar um jornalismo isento, devido à impossibilidade de sua prática. No momento em que levanta uma pauta, o jornalista já faz sua escolha e engana o leitor aquele que reivindica imparcialidade. De modo geral, procuramos aqui dar prioridade a personagens que não são ouvidos com frequência, seja por sua falta de acesso aos meios de comunicação ou pelo simples fato de não serem levados a sério.

A intenção do jornal deste semestre é a de que o leitor, ao se debruçar sobre as páginas seguintes, não encontre somente relatos sobre fatos que dialogam entre si, mas situações das quais surjam conflitos, dilemas e, quem sabe, perplexidade diante de diversas perspectivas da realidade. Se este é o país das contradições, um olhar sobre a Educação parece um bom começo para que possamos compreendê-las.

Contra a lógica do ensino covarde

Wladimir Ungaretti

ESTA TURMA REALIZOU COM COMPETÊNCIA a idéia de produzir um jornal TRÊS POR 4 com o tema Educação. O projeto se desenvolveu em um semestre em que nossas atenções estiveram voltadas para a eleição presidencial. O candidato Cristovam Buarque fez da Educação o tema central de sua campanha. É a nossa entrevista.

Como jornalista que, por circunstâncias da vida, exerce a atividade de professor, percebo que nos últimos 15 anos se acentuou o sucateamento dos cursos de comunicologia. Na FABICO (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS), no mesmo período, modernizou-se, como nunca, toda a estrutura material e técnica. Muitas salas estão aparelhadas com um computador. Breve estará funcionando um moderno estúdio de TV. Há 15 anos era possível ingressar, na condição de professor, até mesmo sem um curso de mestrado.

Também nesse mesmo período, as novas gerações de jovens que se apresentam para o curso de jornalismo chegam com a cabeça formatada, de tal forma que já fica bem mais simples o treinamento voltado para o mercado. É permitido uma certa dose — um tanto comportada — de espírito crítico. Rebelia, nem pensar. Nem nos tempos da ditadura, os reacionários da

estrutura tinham a força que possuem agora. Está ficando cada vez mais distante a possibilidade de formação de futuros jornalistas com o sentido histórico e clássico da atividade. Quando havia um espírito de militância, de alto comprometimento intelectual e, por isso mesmo, exercida por vocação e com espírito universalista.

O reflexo deste quadro tem infundáveis matizes. Mas o fio condutor da crise se faz real na incapacidade de fazermos frente ao avassalador processo de produção de bens simbólicos, por parte da mídia corporativa. Bens simbólicos que hegemonizam uma subjetividade conservadora e de extrema direita. A FABICO nunca esteve tão sucateada, sim. De idéias. O ensino de comunicologia, em especial de *showrnalismo*, nunca esteve tão de costas para o país real. E quando toca a realidade é para a produção de *show*. De tomadas. Bens simbólicos que reforçam a dominação da elite branca dos *shoppings*.

Diante de um quadro tão desanimador, é com prazer que agradeço o convívio com alunos que ainda se esforçam para contrariar a lógica do ensino da covardia. Esta turma transpira jornalismo.

EXPEDIENTE TRÊS POR 4 — FABICO — UFRGS

JORNAL LABORATORIO DOS ESTUDANTES DE JORNALISMO — REDAÇÃO IV 2006/2

EDITORES

Bruno Caetano Cassiano
Clóvis Victória Jr.
Luiz Carlos Damasceno Jr.
Thais de Oliveira Sardá

COORDENADORA DE PRODUÇÃO

Thais de Oliveira Sardá

PROJETO GRÁFICO & DIAGRAMAÇÃO

Guilherme Toniazzo Machiavelli
Leonardo Cao Ponso

REVISÃO

Maurício Rasia Cossio

ORIENTAÇÃO

Prof.: Wladimir Ungaretti

IMPRESSÃO

Gráfica da UFRGS

FOTOLITO

Gráfica Cathedral



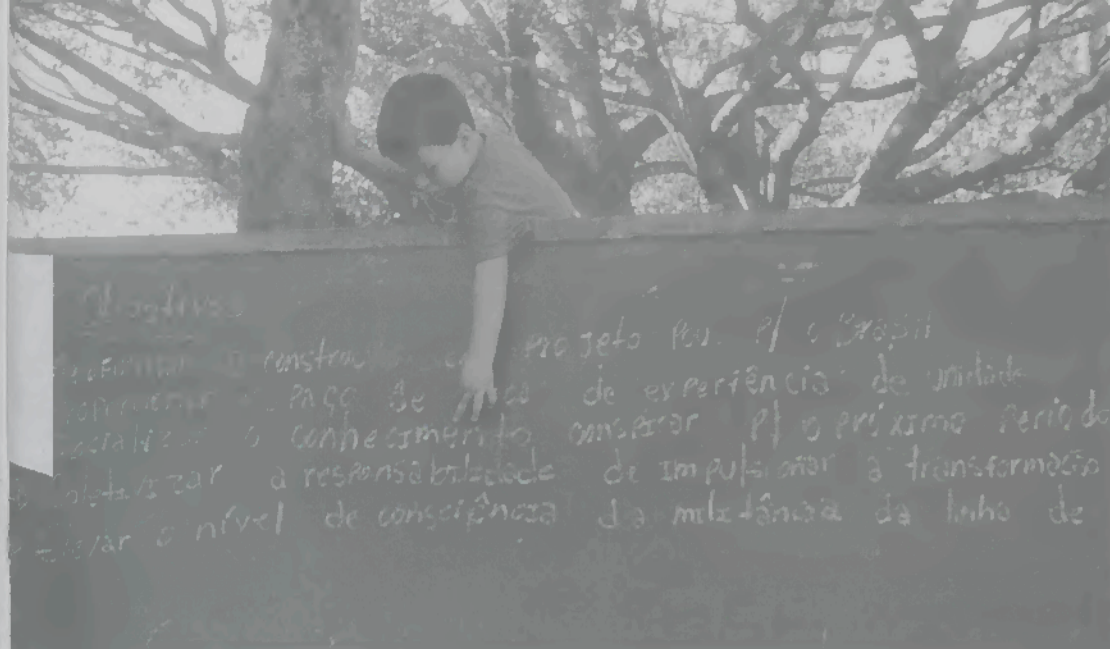
FOTO DE CAPA

Juliana Maia

REPORTAGEM

Amanda Khal de Souza; Ana Cristina Cavalcanti dos Santos; Ana Laura Colombo de Freitas; André Maluf Baibich; Anelise Frozza; Anne Ledur Machado; Bruno Caetano Cassiano; Camila Lângaro Becker; Clóvis Victória Jr.; Dionei Valler; Emanuela Pegoraro; Érico Thaija Ramos; Gabriela Duarte Voskelis; Giulianer Carpes da Silva; Gustavo Faraon Leite; Juliana Maia; Leonardo Cao Ponso; Luiz Carlos Damasceno Jr.; Marcela Thais Panke; Marcos Almeida Pfeifer; Marina Passos de Azaredo; Matheus Silveira Pessel; Maurício Rasia Cossio; Regina Macedo de Azevedo; Ricardo Zugno; Thais de Oliveira Sardá; Vagner Benites da Silva

Os números de uma preocupação nacional



Juliana Maia

Giulianer Carpes
giucarpes@gmail.com

Gustavo Faraon
gustavo.faraon@gmail.com

O ÚLTIMO CENSO ESCOLAR, REALIZADO pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), contabilizou 56,5 milhões de matrículas em 2005, considerando-se todas as etapas da Educação Básica. O número é 0,7% menor do que o de 2004.

Das sete modalidades abarcadas pela pesquisa, houve decréscimo em três delas. Na Educação de Jovens e Adultos, que privilegia quem não completou os estudos na idade adequada, foi registrada a maior redução: 1,8% na comparação com 2004. As matrículas para os Ensinos Médio e Fundamental também oscilaram de maneira negativa, reduzidas em 1,5% no primeiro e 1,4% no segundo.

Para o MEC, o decréscimo no número de matrículas nas séries iniciais não é necessariamente ruim, pois indica que o sistema de ensino brasileiro diminuiu a retenção de alunos nas fases iniciais de educação, além de refletir a transição demográfica em curso no país. No entanto, para Nalú Farenzena, especialista em Políticas e Gestão em Processos Educacionais e professora da UFRGS, a queda no número de matrículas dentro da Educação Básica tem causas diferentes. Enquanto no Ensino Fundamental a diminuição reflete, sim, a transição demográfica pela

qual passa o país, ainda não há fatores-chave definidos para a explicação do fenômeno no Ensino Médio.

O RS acompanhou a tendência registrada nacionalmente de queda nas taxas de matrícula dos Ensinos Fundamental e Médio e de crescimento na Educação Infantil. No entanto, as quedas foram mais acentuadas e o crescimento mais contido que a média brasileira. No Ensino Fundamental, foram 2,3% matrículas a menos que em 2004; no Ensino Médio, esta queda foi ainda maior, alcançando o índice de 3,2%. A Educação Infantil, contudo, apresentou uma variação positiva de 2,9% no mesmo período.

Os números do Censo 2005 demonstram, além disso, o predomínio do atendimento público na Educação Básica, uma vez que o levantamento mostra cerca de 86% dos alunos utilizando estabelecimentos municipais ou estaduais. Há também uma predominância das matrículas em área urbana, que chega a 86,4%, embora apenas pouco mais da metade das escolas de Educação Básica estejam situadas nesta área – o resto se encontra na zona rural.

As cores da escola

Este ano, o questionário do Censo Escolar incluiu, pela primeira vez, cor e raça, com alternativas estabelecidas de acordo com critérios do IBGE – branca, preta, parda, amarela e indígena. A maioria dos alunos que respondeu à enquete se declarou pardo e a minoria foi de amarelos e indígenas.

Entre alunos das escolas Infantil e Profissional, a maioria é branca. No Ensino Fundamental, predominam os pardos. Já no Ensino Médio, a distribuição está equilibrada. Para Nalú, a proporção de crianças pardas e pretas ser mais baixa na Educação Infantil reflete que nos ensinos Fundamental e Médio reflete a falta de oferta pública suficiente para o atendimento da demanda. Na Educação Profissional, por sua vez, cuja oferta é predominantemente privada e o ingresso em escolas públicas depende de provas, a proporção de estudantes pretos e pardos é muito baixa. “Nesses dados fica evidente o desafio do sistema escolar em intervir para a superação do círculo vicioso da discriminação e da pobreza a que historicamente foi submetida a população negra brasileira”, diz.

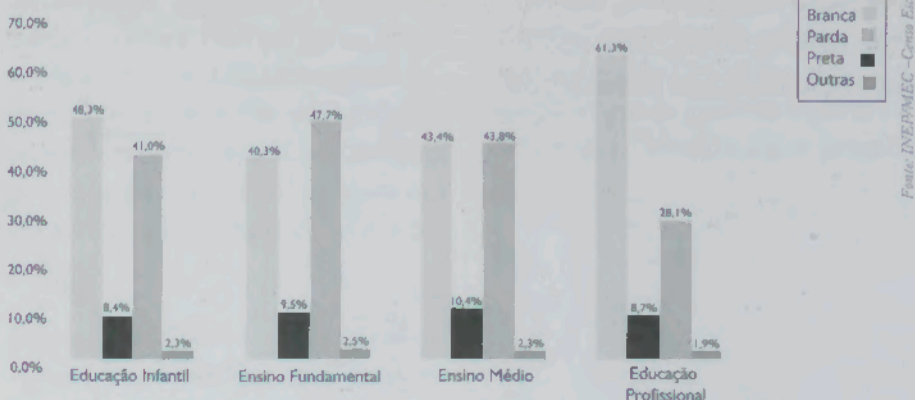
	2003	2004	variação (%)
Norte	1527	1748	16,9
Nordeste	3318	3709	13,4
Sudeste	8545	9696	15,6
Sul	3561	3870	9,5
Centro-Oeste	1693	1812	7,6
Brasil	16644	18835	13,3

no entanto, vai de encontro à evolução dos gastos públicos federais destinados à Educação Superior, que sofreu a redução de R\$ 790 milhões, um decréscimo de 1,1% em relação a 2003.

De acordo com Nalú, hoje mais de 70% das matrículas em faculdades são de instituições particulares, uma expansão que pode estar chegando ao limite. “Penso que a Educação Básica deva ser prioritária e que a possibilidade de maior aporte de recursos para expansão da educação superior pública depende de se conceder à mesma e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país *status* de prioridade absoluta do Estado”, completa.

Mais universitários, menos dinheiro

Já no que tange ao Ensino Superior, os dados mais recentes remontam a 2004, quando houve um incremento de 2.191 novos cursos presenciais de graduação em relação a 2003. A região que apresentou o maior crescimento foi a Norte, com 16,9%; e o menor, a Centro-Oeste, com 7,6%. Este resultado,



Etapas/Modalidades de Educação Básica	2005	2004	Diferença: 2005-2004	Variação % em relação a 2004
Educação Infantil	7.205.013	6.903.763	301.250	4,4%
Creche	1.414.343	1.348.237	66.106	4,9%
Pré-escola	5.790.670	5.555.526	235.144	4,2%
Ensino Fundamental	33.534.561	34.012.434	-477.873	-1,4%
Ensino Médio	9.031.302	9.169.357	-138.055	-1,5%
EJA	5.615.409	5.718.061	-102.652	-1,8%
Educação Especial	378.074	371.382	6.692	1,8%
Educação Profissional	707.263	676.093	31.170	4,6%
TOTAL	56.471.622	56.851.090	-379.468	0,7%

Fonte: INEP/INEC - Censo Escolar

As duas paixões de Maria Tereza

Professora de Letras conta como deixou o Rio de Janeiro para ensinar seus alunos a escrever textos

Marcela Panke
marpanke@gmail.com

A PROFESSORA MARIA TEREZA Faria, 41 anos, percorreu o caminho que vai do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul e leva ao coração para ser professora. Começou o curso de Letras na Universidade Federal carioca e concluiu na UFRGS. As paixões pelo ofício e por um gaúcho fizeram com que escolhesse Porto Alegre para viver e contribuir com a educação de milhares de alunos. Ela leciona há 25 anos. Para prestar serviço de boa qualidade às mentes que vão pensar o mundo no futuro, apostou no esforço de aprender muito antes de ensinar.

Maria Tereza é formada em Português, Francês e Literatura. Começou a carreira no colégio João XXIII na capital gaúcha. Lecionava para alunos dos Ensinos Fundamental e Médio. Por dois anos, foi professora do Estado e, há 15, trabalha no Grupo Universitário. Prepara vestibulandos para o desafio da redação nas aulas de produção textual do pré-vestibular e no Ensino Médio dos supletivos. Não tem dúvida de que vive uma experiência especial. “Trabalhar com texto é muito rico. Consigo ir um pouco além na minha atividade, pois posso conhecer os alunos. Eles são muito honestos nos seus textos. Não mentem, não fingem, não se escondem, porque a preocupação deles é muito maior com a técnica”, diz.

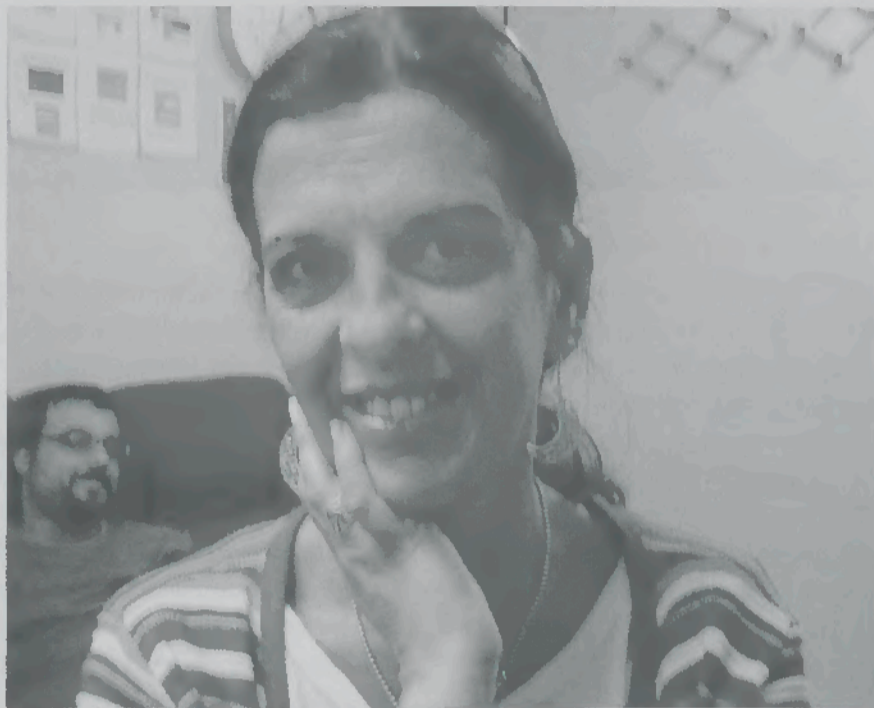
Com mais de duas décadas de trabalho, Maria Tereza avalia o que mudou na sua atividade nos últimos anos. A proximidade entre professor e aluno é um dos pontos. “Eles passam a maior parte do tempo com a gente, o que possibilita certa intimidade. Claro que a gente não vai à escola para se amar, vamos para trabalhar. Se nos respeitamos, o trabalho flui muito melhor”, conta.

Entre os motivos decisivos para a escolha da profissão, Maria Tereza aponta o relacionamento interpessoal e a noção de que lida com pessoas. “Gosto muito de gente, gosto muito de aluno”. A professora acredita que o mais importante na sua atividade é a troca de experiências e de conhecimento pela relação com os alunos em sala de aula. “Os alunos são excelentes no sentido de nos permitir manter a jovialidade, de saber rir da gente e com a gente. No final de cada aula, sinto-me renovada para o cotidiano da vida, porque é uma troca muito rica e todos aprendemos muito”.

A profissão é árdua e o salário poderia ser melhor. Mas é melhor ainda guardar os bons momentos. “É difícil dar aula tanto quanto é difícil exercer qualquer outra profissão. Todas têm os seus percalços. Claro que tive momentos ruins, já briguei com alunos, expulsei alguns da sala de aula, mas procuro apagar da memória os momentos ruins. Acho que são negativos”.

“**Não vejo dificuldade em ser professora. Gosto muito do que faço**”

vas, na vida de todo o profissional, as situações em que você sabe que aquilo que fez não surtiu o efeito que esperava. Se você preparou mal o seu trabalho, só pode esperar um resultado desagradável. Mas, se preparou bem



Maria Tereza: “O futuro do país não está somente na educação formal”

e o resultado não corresponde às expectativas, você sente uma grande frustração. Não vejo dificuldade em ser professora. Gosto muito do que faço e não saberia fazer outra coisa”.

Das diferenças entre os alunos de escola pública e privada, Maria Tereza reforça a afetividade na relação professor-aluno, aspecto que muito valoriza. Do ponto de vista do aprendizado, a balança pende para os estudantes mais abastados. “Se falarmos em cognição, de fato existe diferença visível, palpável, concreta. Todos aqueles que são medianamente interessados neste Brasil sabem onde está o problema. Mas em termos de receptividade e de afetividade é maravilhoso. Os alunos de escola pública são absolutamente receptivos. Talvez até a própria carência os leve a ser assim. Leio depoimentos de professores em jornais, contando experiências desagradáveis, mas nunca me senti agredida. Essa não é a minha experiência, não é mesmo”, diz.

Galinha viva

Dos dois anos que lecionou no Estado, Maria Tereza guarda uma lembrança especial. “Ganhei de um aluno uma galinha viva. Foi o presente mais lindo que recebi em toda a minha vida de professora, porque vinha do galinheiro da casa dele, que tirou a comida da mesa da família pra dar para mim”.

E quanto ao futuro? Refletindo sobre a contribuição da educação para o Brasil, Maria Tereza deixa o seu recado. “O futuro do país não está somente na educação formal. As outras educações de que precisamos não necessariamente decorrem desta, institucionalizada. No entanto, acredito que não existe a salvação fora desse patamar, de sermos bem-educados, em todos os sentidos”.

Ensino na periferia: impotência diante da miséria

Relato de jovem professora evidencia que as dificuldades no Ensino Público vão além da falta de investimentos em Educação

Anne Ledur
aledur@gmail.com

HÁ UM ANO E DEZ MESES, Raquel do Nascimento iniciava uma das experiências mais desafiadoras de sua vida: ensinar o be-a-bá para crianças de uma escola pobre do Vale do Sinos. A escolha de ser professora veio sendo construída desde 1995, quando realizou trabalho voluntário com crianças não-alfabetizadas de uma vila, enquanto cursava Administração. Mais tarde - já estudante de Pedagogia -, conheceu a difícil realidade do ensino público ao trabalhar com reforço escolar para alunos de quartas e quintas séries em um bairro de condições precárias, instalado junto a uma das mais ricas e importantes universidades do Rio Grande do Sul, a Unisinos, formando, aliás, um interessante paradoxo de abismo social.

Depois de formada, Raquel ficou um ano desempregada. A angústia de não ter trabalho terminou quando, ao ter passado em concurso público, começaria a exercer a profissão que havia escolhido. Ela e um grupo de 32 outros professores inaugurariam, junto com os alunos, uma nova escola. Depois de algumas semanas de expectativas e preparação, as aulas iniciaram. Sua decepção começou quando percebeu que no prédio não havia cadeiras nem quadros-negros. Por uma semana, precisou improvisar as aulas.

Com o passar do tempo, as dificuldades só aumentaram. A realidade social pesava muito no desempenho escolar dos alunos. O bairro, distante 30 minutos do centro, carecia de infra-estrutura. Não havia calçamento, água encanada ou saneamento básico. O posto de saúde mais próximo se encontrava no município vizinho. A única forma visível da presença do poder público naquela vila era o colégio.

Sujas, descuidadas e sem material didático. Era assim que muitas crianças compareciam à escola, lembra a

docente. Os efeitos dessa realidade não demoraram a aparecer nas classes. Raquel conta que mais passava separando brigas e ouvindo insultos do que ensinando o conteúdo. Chegou a presenciar situações em que alunos urinavam dentro da sala propositalmente. A professora, no entanto, compreende o porquê de situações como essas acontecerem: "A criança é tratada de maneira rude e isso vai refletir na sala de aula. Ela aprendeu a fazer tudo sozinha e briga porque é assim que ela aprendeu que se consegue as coisas".

Dentre diversos fatores, Raquel considera que a estrutura familiar era o que mais contribuía para esse cenário: "Muitos deles vêm os pais trabalhando, que são os seus espelhos, e pensam que não há necessidade de estudar já que o pai, analfabeto, consegue ganhar um dinheirinho, consegue sobreviver. Por mais que eles gostariam de ter um pouco mais de conforto, eles não se vêem em outro mundo, já que é muito distante".

De acordo com a professora, as condições habitacionais das crianças também prejudicavam o ensino. "Muitas dessas moradias populares só têm o chão batido, as paredes e o telhado. Temos a consciência que não dá para mandar tema para casa, pois a criança não tem sequer uma mesa para fazê-lo. As famílias são grandes, todos moram apertados numa casinha pequeninha. Onde é que ela vai fazer os temas? Quem vai ajudá-la se os pais são analfabetos?", lamenta.

Raquel ficou cerca de um ano e meio tentando achar soluções para as situações com as quais se deparava diariamente. Mesmo após inúmeras

reuniões e criações de regras junto à direção, nada mudou, chegando-se ao ponto em que o drama passou a afetar sua saúde: "O organismo acaba dando resposta para isso. Tu acabas ficando doente, tu achas que não vai dar conta. Eu me sentia esgotada, me sentia mal, achava que eu é que não estava conseguindo, que eu é que não sabia fazer direito e, se eu não parasse, eu ia entrar mesmo em depressão. Tive colegas que entraram em depressões bem fortes. Era bem complicado". Há dois meses, após ter pedido transferência, ela passou a dar aulas numa escola em um bairro com melhores condições.

A experiência de Raquel do Nascimento retrata o quão impotente a figura do professor pode se tornar diante de um contexto social tão perverso. E essa é apenas uma dentre milhares no ensino público brasileiro. A mudança do ambiente de trabalho alterou de forma positiva a vida da professora. A antiga escola, porém, continua no mesmo estado.

“
A criança é tratada de maneira rude e isso vai refletir na sala de aula. Ela aprendeu a fazer tudo sozinha e briga porque é assim que ela aprendeu que se consegue as coisas”
”



Anne Ledur

Educação pela inclusão

União entre jovens de diversos movimentos sociais mostra que as reivindicações pelas causas populares estão longe de terem seus dias contados

Ana Laura Freitas
analaurafreitas@gmail.com

& Juliana Maia
ju.losmaias@gmail.com

IDÉIAS DE MARX, CHE GUEVARA, Gramsci e Paulo Freire, energia para passar o final de semana discutindo problemas sociais, disposição e liberdade para manifestar opiniões de qualquer natureza. São estas as características que cercam a juventude de movimentos populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento Hip Hop e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Jovens organizados em grupos espalhados pelo Rio Grande do Sul que, apesar das condições adversas, se unem em torno de algo que se poderia chamar *educação para a luta*.

Atualmente, o Brasil estaria vivendo uma etapa de descenso das lutas populares desde 1989, tendo em vista que a abertura política não levou à revolução social necessária. Partindo desse pressuposto, esses jovens procuram superar os interesses próprios dos movimentos de que provêm e a diversidade cultural existente entre eles em prol da organização por uma luta de interesse dos excluídos pela lógica do capital.

A busca pelos seus objetivos se baseia em quatro eixos, na seguinte ordem: educação, trabalho, cultura/lazer e antiimperialismo. Essas frentes de ação são aspectos entendidos como essenciais para o desenvolvimento de um projeto popular para o país. A educa-

ção colocada em primeiro lugar prenuncia a sua importância em dois níveis de sua organização: na própria formação desses militantes e na realização de oficinas para a comunidade, que têm como consequência a conscientização e o aumento da mobilização.

Barreiras na formação de uma nova consciência

A chamada *educação para a luta* envolve tanto a formação de uma consciência política, quanto a reflexão sobre a realidade baseada nas idéias de intelectuais como os citados inicialmente e ainda o compartilhamento de conhecimento e experiência por parte de militantes mais velhos. Para esses jovens, essa educação é de aplicação prática na resolução de seus problemas organizacionais.

Como essa movimentação é recente, as primeiras barreiras a serem enfrentadas ainda são internas ao grupo. Mesmo que a aproximação tenha ocorrido justamente por eles terem objetivos, sonhos e metas em comum, isso não esvazia a interferência das origens distintas e da responsabilidade na elaboração de um projeto social.

A primeira questão que se coloca diz respeito às diferenças culturais existentes entre eles. Trata-se do encontro de vários nichos sociais: uns vivem no campo, outros foram criados na periferia das cidades. Uns pertencem à chamada classe média, alguns são universitários ou graduados, outros tiveram pouco acesso à educação. A dificuldade originada neste contexto procura ser contornada pela estru-

Juliana Maia



Ritual: os integrantes se reúnem em torno de um mapa da América Latina composto de elementos emblemáticos do movimento

ra dos encontros, que são absolutamente abertos à discussão. Todos se manifestam democraticamente e o diálogo busca consensos.

Outra dificuldade é conciliar os interesses dos movimentos a que os jovens pertencem com os da nova organização, o que é reforçado pelo fato de sua união estar em fase inicial. Eles mesmos têm consciência de que se unem em função de iniciar uma transformação social, mas não conseguem ainda conceber a forma exata de seu objetivo. A certeza é, apenas, de que deve ser avessa à vigente forma do capital. A preocupação é, portanto, como se desvencilhar de causas próprias a fim de pensar um projeto para todos.

Questionando valores através da arte

“Não somos inimigos, somos excluídos”, diz a faixa levada para a tradicional marcha do *Grito dos Excluídos*, na manhã do dia 20 de setembro deste ano, na capital gaúcha. Grafitada por jovens do Movimento Hip Hop, a frase reflete a preocupação em estabelecer igualdade entre toda uma classe social. Isso demonstra que o objetivo é eliminar as lutas entre os grupos que se denominam excluídos, conscientizando essa parcela da população (a maioria, no caso brasileiro) sobre a existência de um opositor em comum: a lógica excludente do sistema capitalista.

Nesse sentido, o entendimento de que a formação da consciência acontece diferentemente de uma pessoa pra ou-

tra, ainda que convivam em um mesmo ambiente e estejam sujeitas aos mesmos problemas, é essencial. Dessa forma, os envolvidos no movimento pela transformação social buscam a aproximação com o restante da comunidade nas periferias da cidade. Compreendendo a juventude enquanto um momento de quebra na consciência, quando se começa a questionar a formação pela qual instituições como família e escola foram responsáveis, a tentativa do grupo é questionar valores e colocá-los em contradição à lógica do sistema.

O contato com a comunidade através de oficinas cria o espaço necessário para isso. É assim que funciona a ONG Casa Cultural Casulo 470, que oferece aulas de grafite, skate, B. Boy, serigrafia e DJ na Vila Bom Jesus, em Porto Alegre. Além de fomentar a conscientização, essa iniciativa incentiva os jovens a realizarem atividades em seu tempo livre, tirando muitos da rua. O grupo atua também em escolas públicas, desenvolvendo oficinas e despertando discussões.

O objetivo dos jovens é eliminar as lutas entre os grupos que se denominam excluídos, conscientizando essa parcela da população sobre a existência de um opositor em comum: a lógica excludente do sistema capitalista

Todas as lutas pela inclusão

Os objetivos do grupo não se baseiam apenas no intuito de angariar simpatizantes pela sua causa ou colaboradores na sua luta. Os jovens têm consciência da dimensão da mudança necessária para que a sociedade se torne menos excludente, seu objetivo maior. Entre as causas abraçadas pelo grupo estão a implantação de cotas raciais na universidade federal, assim como sua descentralização, e o melhor acesso à educação para quem vive nas periferias e no campo. O último ponto é um problema acompanhado de perto por boa parte dos militantes. Eles acompanham a rotina de quem vive no campo e, muitas vezes, precisa caminhar quilômetros diariamente para chegar à escola, da mesma forma que os habitantes das periferias da cidade têm poucos colégios à disposição.

Definir a educação como a base para uma sociedade mais justa e menos excludente foi a escolha do movimen-

to. No caso, essa frente de ação abrange tanto a instrução dos próprios integrantes do grupo como a busca pela garantia desse direito para todas as classes. A idéia é ao mesmo tempo ousada e cautelosa. Começando hoje a conscientização a respeito da grande disparidade da sociedade, daqui a três gerações, no mínimo, eles apostam que uma boa parcela da população atingida pelo movimento estará ciente das mudanças necessárias. A previsão pode parecer desanimadora. Mesmo com o prognóstico, os integrantes do movimento permanecem firmes em busca de seus objetivos. As condições são adversas, mas, afinal, isso é o que fomenta a luta e promove mudanças.



Muito mais do que dez metros

Relação entre escolas vizinhas reflete o abismo entre ensino público e privado no País

Bruno Caetano Cassiano
brunocassiano@gmail.com

✉

Thais Sardá
thaisarda@gmail.com



Juliana Maia

OBSERVAR A MOVIMENTAÇÃO de estudantes no encontro entre a Rua São Vicente e a Avenida Protásio Alves é quase um exercício antropológico. Perto das oito da manhã, enquanto os alunos do Instituto Estadual Rio Branco descem do ônibus e atravessam a rua em grupos, a maioria dos estudantes do Israelita chega de carro para o dia letivo. Os colégios não são separados apenas por uma rua, muros altos e os atentos seguranças da escola privada. Há um verdadeiro abismo disfarçado pelos paralelepípedos que dividem os cerca de 10 metros entre um prédio e outro.

Portas abertas

Na portaria do Instituto Rio Branco, um senhor prontamente nos explicou como chegar à sala da supervisão. Lá, Maria Isabel Gomes Jardim, 54 anos, supervisora há três, nos recebeu sem demora. Ela contou que a maioria dos alunos do Rio Branco vem da periferia, de bairros como Vila Jardim, Bom Jesus e Mario Quintana. Explicou ainda que suas necessidades têm aumentado, dadas as proporções da carência afetiva e financeira dos estudantes.

Conversamos com três alunos da turma 301. Todos têm 17 anos e prestam vestibular no final do ano. Thales Bobadra pretende cursar Publicidade. Ele conta que, em sua casa, educação é prioridade, além de motivo de muitas brigas com os pais, que não têm Ensino Superior e valorizam muito o futuro do filho. Maria Eduarda Ota quer

Medicina. A mãe tentou desencorajá-la, mas a jovem está decidida e cursa pré-vestibular para reforçar o aprendizado do colégio. Ela estudou no Israelita quando era menor, mas mudou de cidade e, ao voltar, em meio ao ano letivo e prestes a concluir o Ensino Médio, os pais optaram por pagar apenas pelo ensino da irmã mais nova. Ela ficou no Rio Branco e sente a diferença. “A cobrança é bem menor aqui. Tem muita coisa que já aprendi e estou revendo agora”, conta a estudante.

Quanto ao contato com os alunos do colégio vizinho, dizem que é praticamente inexistente. Lucas Schutz, também aspirante a publicitário, levanta um dado curioso: “Eles até trocaram o horário de saída, para que os alunos não se encontrem”. Para o estudante, a falta de intercâmbio entre as escolas representa mais que um paradoxo. “É o retrato do Brasil”, sentencia.

Muros altos e contradições

Saindo do Rio Branco, fomos ao Colégio Israelita. Logo na entrada, um segurança nos aborda. Ao nos identificarmos como estudantes da Ufrgs, o rapaz nos encaminhou a outro funcionário, posicionado atrás de uma janela com vidro espesso, provavelmente à prova de balas. Após explicarmos novamente a que viemos, o segurança respondeu que deveríamos agendar a visita, entregando-nos um cartão com os contatos.

Nos dias seguintes, sucessivas trocas de e-mails e telefonemas culminaram na impossibilidade de realizar entrevistas no interior da escola. Entre as justificativas, o Israelita citou a necessidade da autorização por escrito dos pais dos alunos entrevistados, além de uma carta de apresentação e tempo para

“Empresas distribuem produtos grátis para alunos do Israelita, mas não atravessam a rua para fazer o mesmo”

análise das perguntas. Gentilmente, Carolina Chem, Coordenadora Educacional do Ensino Médio, desculpou-se por não poder nos ajudar, “Quem sabe na próxima”, sugeriu.

Sem o depoimento de um funcionário da instituição, voltamos à frente do Israelita na semana seguinte para conversar diretamente com os alunos. Por volta das 12h15min, havia apenas um estudante no portão de entrada, já que o turno da manhã termina somente às 13h. Maurício Lutz, 16 anos, aluno do 2º ano do Ensino Médio, ainda não sabe o que tentar no vestibular. Pretende se matricular em algum curso no próximo ano, embora reconheça a qualidade do ensino da sua escola. “O Israelita dá uma boa base, só de-

pende de o aluno aproveitar ou não”. A entrevista, no entanto, foi interrompida pelo mesmo segurança da semana anterior. Queria saber o teor da conversa, “É sobre a escola?”. Respondemos educadamente e ele, de longe, observou desconfiado o desenrolar da entrevista.

O estudante, desconfortável após a intervenção do segurança, resolveu cortar o papo, mas não sem antes dizer que não conhece um aluno sequer da escola ao lado. Maurício acredita que deveria haver uma ponte entre as instituições, lembrando de situações em que empresas distribuem produtos grátis para alunos do Israelita, mas não atravessam a rua para fazer o mesmo no Instituto Rio Branco, o que, segundo ele, deve desagradar os estudantes vizinhos.

Enquanto fotografávamos o Israelita do outro lado da rua, tivemos o último contato com um representante da escola. Um funcionário acionado pelo segurança se aproximou e perguntou de onde éramos. Ao ouvir a resposta, disse que o colégio mantinha ótimas relações com a UFRGS, portanto, deveríamos entrar em contato com a instituição por meio da universidade. Ao explicarmos nossa saga, fomos cordialmente avisados de que não era permitido fotografar o colégio. Satisfeito ao ver-nos guardar a câmera, retornou ao Israelita. Em poucos passos, percorreu os dez metros que separam as instituições. A real distância entre as duas escolas, no entanto, ainda é imensurável.

Vidas dedicadas ao Ensino

O que tem a dizer quem inicia e quem já passou pela sala de aula no serviço público

Vagner Benites
vbenites@gmail.com

INÁCIA GIRELLI, 27 ANOS. JEANETE SAMENTO, 50. Ambas professoras da Escola Estadual de Educação Básica Luiz de Camões, em Cachoeirinha. Em comum, o exercício de uma profissão essencial para o desenvolvimento do país. De diferente, a situação: a primeira ingressou no magistério há um ano, seduzida pela estabilidade e por uma ilusória “pequena carga” de trabalho. A segunda, aposentada após 30 anos no serviço público, permanece trabalhando duas vezes por semana. As duas refletem a situação do ensino público no Brasil, que construiu avanços, mas não corrigiu defeitos ao longo do tempo.

Um passo importante foi a inclusão progressiva de estudantes na rede escolar. Desde 1995, as matrículas no Ensino Básico tiveram um crescimento constante. Só no RS, segundo dados da SEC (Secretaria Estadual da Educação) e do MEC, foram acrescentadas 200 mil vagas. Apesar da contratação de novos servidores pelo poder público, os números não acompanharam a demanda, vide os constantes casos de alunos sem professor ou mesmo sem sala para a realização das aulas.

A valorização financeira e pedagógica dos docentes também não foi uma prioridade. Mesmo recebendo baixos salários do Estado, os 90 mil trabalhadores em educação na ativa são frequentemente considerados vilões do Orçamento. Os aposentados, em número já equivalente aos servidores em atividade, vivem a constante ameaça de perda na equiparação salarial. Segundo a SEC, o gasto com a folha de pagamento dos professores equivale a quase 40% de todo o serviço público, algo em torno de R\$ 200 milhões. Pode parecer muito, mas está longe do merecido pela categoria.

Entre a experiência e a euforia

O processo de desvalorização é conhecido por Jeanete “desde o início da carreira”, no seu caso, na década de 70. Como continuou em serviço após a aposentadoria, a professora reflete outro quadro preocupante. De acordo com a SEC, a idade média dos servidores na ativa é de 45 anos. Como 50 anos é a idade mínima para a aposentadoria, já se vislumbra um quadro ainda mais caótico nas contas públicas.

Nos últimos 11 anos, foram nomeados 38 mil professores por concurso no Rio Grande do Sul, número insuficiente para todas as escolas. A crônica falta de profissionais faz o governo apelar para as “contratações temporárias” com frequência maior que a ideal.

Inácia se encaixa nessa segunda categoria. Sua nomeação deverá ser feita em breve, pois ficou em 5º lugar no último concurso. Apesar das dificuldades, seu rosto demonstra euforia com a nova profissão. Formada em Biologia, deixou de ser motorista (onde ganhava mais) para lecionar. O salário baixo a obriga a uma verdadeira maratona: três turnos de trabalho, cinco vezes por semana, mais o deslocamento entre Alvorada (onde também leciona) e Cachoeirinha. Tarefa árdua, mas que tem valido a pena. “Como estou iniciando, ainda estou cheia de sonhos, esperanças e boa vontade. A troca de experiências com o aluno em sala de aula é uma lição de vida”, destaca entusiasmada.

Jeanete não apresenta a mesma empolgação. Formada em Matemática, iniciou a carreira na zona rural de Gravataí, onde morou. Logo, o amor pelo convívio diário com os alunos despertou sua vontade de conti-

nuar e de se aperfeiçoar. Entretanto, o gosto pela profissão não resistiu à insensibilidade do “patrão”. Jeanete afirma que nos 30 anos de carreira, a educação passou por transformações, mas nunca com a valorização do profissional por parte do Estado. A recompensa pela dedicação a professora

que era ser professor. Hoje vejo que o importante é formar o aluno para que eles não sejam apenas repetidores e sim pensadores”, completa.

Aos que começam, Jeanete aconselha “vestir a camisa” da profissão. “É uma carreira difícil, pois é uma responsabilidade grande trabalhar com pessoas. Os que iniciam agora têm que ter gosto, porque retorno econômico não existe. O dia-a-dia em sala de aula é o que há de mais gratificante”, ressalta.

Manter vivo o amor demonstrado por Inácia e Jeanete é o desafio do poder público. Para esse sonho se concretizar, é necessário que o Estado enxergue o professor de forma diferente. Enquanto a valorização não acontece, Inácia e Jeanete continuarão sendo para o “patrão” apenas mais um número na folha de pagamento.

Mesmo recebendo baixos salários, os 90 mil trabalhadores em educação pública na ativa são frequentemente considerados vilões do Orçamento.

encontra nas ruas. “Quando saio e um ex-aluno me reconhece, mostra o quanto fui importante no desenvolvimento dele. Eu, por vezes, nem lembro de todos, mas esse reconhecimento é o que vale”.

Lição para os iniciantes

No outro extremo da carreira, Inácia já sente o peso da sua responsabilidade. “Eu tinha uma idéia diferente do



Vagner Benites

Cabeças de vento

Formação de jornalistas no Brasil concentra-se nas universidades privadas e investe no perfil de profissionais que atendam os interesses do mercado e não pensem



Lisete Ghiggi ministra aulas de entrevista coletiva no primeiro semestre



Ana Cristina Cavalcanti

Ana Cristina Cavalcanti
a_ccavalcanti@hotmail.com

✂

Clóvis Victória
clovisvictoria@gmail.com

OS CABELOS SÃO COMPRIDOS E passam dos ombros. A pele dos dois rostos é clara, assim como os dentes brancos e as roupas ligeiramente desajustadas. Os dois entraram pela sala 117 do prédio da Fabico na manhã de uma terça-feira de agosto. Eram 9h e a sonolência dos alunos da cadeira de Redação Jornalística IV, a mesma que produz a TRÊS POR 4, contrastava com a eloquência dos estudantes. Ambos convidavam os veteranos a participar de protesto contra a falta de professores de Língua Portuguesa I e II. Não fosse o desabafo do novato e o *piercing* na barriga de sua colega, a conversa passaria em brancas nuvens. Assim que saíram, a aula voltou ao normal. Ninguém daquela turma participou do protesto.

A cena reproduz um contraste recorrente e cada vez mais raro nos cursos de jornalismo pelo país. O movimen-

to estudantil ainda é vivo, mas o estudante de comunicação pega o primeiro emprego que aparecer ou estágio que lhe sugue o sangue por oito horas diárias e renda apenas um salário mínimo. Custa mais barato à Universidade e ao mercado formar gente que não pensa criticamente, mas que obedece à lei da concorrência. Há uma lógica nefasta que faz a falta de estrutura na universidade pública parecer o soluço de um bebê ainda no útero: cresce o número de cursos e estudantes de jornalismo e acirra-se a concorrência por uma vaga no mercado de trabalho que paga cada vez menos.

Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), há no Brasil 332 cursos de jornalismo. Os sete Estados mais ricos da nação, compondo 76,6% do PIB nacional, concentram 72% desses cursos. O jornalismo responde também por 55,8% dos 595 cursos que relacionam Publicidade e Propaganda e Relações Públicas na categoria Comunicação Social.

Nos últimos anos, essa concorrência ficou ainda mais perversa. De 2000 até 2006, surgiram 158 novos cursos de habilitação em jornalismo. O número total quase dobrou em seis anos. Atingiu índice de crescimento de 90,1%. Isso representa 47,6% de toda a formação. É mais estarecedor: só nos dois últimos anos, apareceram 47 novos cursos.

Nos últimos dois anos foram criados 47 cursos de jornalismo no país

Coletiva

A cena na sala de aula de uma faculdade privada é outra. No lugar do chamado para a ação, os alunos do primeiro semestre do jornalismo do IPA Metodista são informados da parceria entre uma boate da moda e o Centro Acadêmico para a realização de festas com desconto. No mais novo curso de jornalismo do Rio Grande do Sul, que iniciou em julho de 2005, as duas últimas aulas dos calouros da turma da noite da segunda-feira, 9 de outubro, são dedicadas à cadeira de Entrevista e Reportagem Jornalística.

Ensinar sobre os tipos de entrevista coletiva é uma tarefa fundamental para a professora Lisete Ghiggi. O currículo exige a concentração de esforços na produção de reportagens de jornal, rádio e televisão nos primeiros quatro semestres. A outra metade fica para assessoria de imprensa e teoria. É que no IPA os alunos do primeiro semestre já vão para a rua fazer matérias e têm como tarefa produzir um jornal *standard* de 16 páginas. Precisam, portanto, dos fundamentos da arte da entrevista.

A sensibilidade para avaliar talentos é a mesma que conferiu experiência de mercado para a professora Lisete. Sua turma das noites de segunda-feira tem 33 alunos. "Recebi 16 trabalhos. Quatro estavam perfeitos. Dos 12 restantes, metade fez um lide legal, mas não conseguiu vender bem a matéria", conta ela. A tarefa entregue naquela aula era a elaboração de um lide a partir de entrevista publicada na revista *Veja*. O índice é bom para o primeiro semestre, considerando-se que a maioria trabalha ou faz estágio.

A coordenadora do curso, a jornalista Laura Glüer, explica que a demanda do mercado de trabalho impôs a opção por dar ênfase à formação de assessores de imprensa. Segundo ela, entre 50 e 70% das vagas oferecidas são em empresas que não estão no setor de mídia. "Nossos alunos têm formação crítica. Não são formados apenas para assessoria de imprensa. Mas não podemos negar que o mercado de jornalismo mudou, assim como a exigência", diz ela. De fato, em assessoria de imprensa, não raras vezes, o profissional consegue exercer um jornalismo, digamos, mais comprometido socialmente do que numa redação diária. Sem contar que geralmente trabalha menos, ganha um pouco mais e dispõe dos fins de semana livres.

Estudos

Dois estudos publicados por jornalistas ligados a entidades de classe parecem corroborar a nova tendência. Apoiado em dados do Ministério da Educação de 2003, Nelson Kengo Sato, dirigente da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) registrou a atividade profissional de 80 mil jornalistas no país em 2003. As universidades eram responsáveis por despejar no mercado em torno de 14 mil novos jornalistas a cada ano.

Ana Cristina Cavalcanti



"Uma aluna minha do primeiro semestre disse no primeiro dia de aula que queria ser assessora de imprensa."

Laura Grüel, coordenadora do curso de jornalismo da Ipa

"No Rio Grande do Sul, que é um estado com o piso salarial intermediário no cenário nacional, o valor do piso é de R\$ 1.174,50 para a capital e R\$ 955,12 para o interior."

Celso Schröder, diretor do Sindicato dos Jornalistas do RS

Em 2004, 23.169 acadêmicos se formaram nos cursos públicos e privados de jornalismo em todo o País. No mesmo ano, 166.249 estudantes se matricularam.

Dos 332 cursos de jornalismo, 46 são ministrados em instituições públicas. Os outros 286 formam jornalistas em cursos privados.

O maior número de cursos fez crescer a concorrência e a precariedade. Empresas se beneficiam da inexorável lei da oferta e da procura: maior concorrência significa salários mais baixos. Somente em 2004, o número de formandos em jornalismo, segundo o INEP, passou de 20 mil.

O outro estudo aponta tendência tão perversa ou mais. O diretor do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Celso Schröder, escreve que as empresas jornalísticas aumentaram seus lucros e reduziram salários e vagas. Segundo o estudo, a lógica da irregularidade passou a imperar. Diante da oferta de mão-de-obra barata, fica mais fácil amansar os jornalistas com a constante ameaça de demissão por corte de gastos. Quem sofre são os leitores. Jornalistas mal-pagos se autocensuram para atender os interesses econômicos e obedecer a quem lhe contrata.

Público e privado

Uma das funções da universidade pública é garantir educação gratuita às classes mais pobres. Mas basta conviver com a rotina da FABICO e visitar o campus do Centro Universitário Ipa Metodista para perceber que os papéis se inverteram. É na faculdade paga que as turmas têm mais negros e pobres. Laura Grüel orgulha-se dos índices das

bolsas. Dos 136 alunos dos três semestres de jornalismo do IPA, 32 são bolsistas e 12 contemplados com o programa PROUNI, do Governo Federal.

Evelise Cristina da Silva, 23 anos, configura o estereótipo da estudante negra de ensino superior que faz inúmeros sacrifícios para conseguir o diploma. Aluna do primeiro semestre do jornalismo no IPA é estagiária da Secretaria de Justiça e Segurança, ganha R\$ 365,00 por seis horas diárias de trabalho na clipagem e espera entrar no ProUni para deixar de pagar a mensalidade de R\$ 777,00. Para a matrícula, que corresponde à primeira parcela, conta que sua mãe teve que fazer empréstimo. "Fiz dois semestres de enfermagem na ULBRA, mas optei pelo que gosto. Não quero ficar pra sempre em assessoria de imprensa", diz. Evelise sonha em trabalhar com conteúdo de páginas de jornais do interior na Internet ou em ter seu próprio jornal.

A maior diversidade étnica nas escolas particulares é tendência recente na política educacional do país. Em vez de abrir vagas no ensino público, o Governo Federal paga por vagas nas universidades privadas. Em 2003, o país oferecia 16.453 cursos. Desses, dois terços (65,6%) em escolas de ensino superior privadas. Em 2004, a relação pendeu ligeiramente para um aumento da oferta nas instituições privadas.

Dos 18.644 cursos, 66,4% são pagos. No caso do jornalismo, nos últimos seis anos, somente 11 cursos foram criados em instituições públicas. As outras 147 cobram mensalidades.

As privadas se dividem em três tipos. Podem visar lucro, serem filantrópicas ou confessionais — ligadas a alguma corrente religiosa. No IPA, o curso de jornalismo reza pela cartilha do metodismo



Ana Cristina Cavalanti



O primeiro curso de jornalismo do Brasil foi instituído na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 11 de abril de 1931.

O curso de comunicação social é o sétimo mais procurado no Brasil. A taxa de concluintes é de aproximadamente 12%.

O vestibular 2007 para jornalismo na UFRGS registrou queda de 9,3 pontos percentuais no número de inscritos. Em 2006, foram 951. No próximo vestibular, serão 890 candidatas.

de inspiração norte-americana. A fundação desta vertente do protestantismo remonta à Inglaterra do século 18, a partir dos esforços do evangelizador John Wesley no sentido de reformar a Igreja Anglicana. Após ter-se consolidado como uma nova denominação cristã, o metodismo prosperou ao propor a síntese entre fé religiosa e conhecimento científico.

No entanto, a vinculação entre congregações religiosas e instituições de ensino pode ser fonte de problemas diante de assuntos polêmicos. O estudante do primeiro semestre de jornalismo do IPA, César Augusto Machado, 20 anos, sentiu sobre os ombros o peso doutrinário da instituição. Na fase de preparação do jornal Universo Ipa, propôs pauta sobre a liberação do uso de drogas. Sua idéia foi censurada. "Eu não ia entrevistar traficantes e não correria nenhum risco. Queria entrevistar policiais civis e militares e algum sociólogo para saber se era mais barato liberar as

drogas do que combater com viaturas e armas", conta o estudante.

A idéia morreu na pauta. Para não ficar sem nota, César vai entregar reportagem sobre a circulação de jornais em Porto Alegre. O caso é exemplar. Em vez de encher cabeças com esperança de fazer a sua parte para um mundo melhor, censura-se. O resultado são mentes pouco treinadas para pensar, obedientes e acomodadas, verdadeiras cabeças de vento.

* Fonte: Inep - Fonte: www.ipaib.com.br (2004)

Relação entre PIB e cursos de jornalismo no Brasil

Estado	Cursos*	PIB**
São Paulo	91	31,8%
Minas Gerais	39	9,3%
Rio de Janeiro	32	12,2%
Paraná	28	6,3%
Bahia	20	4,7%
Rio Grande do Sul	16	8,2%
Santa Catarina	13	4,0%
Outros 20 Estados	93	23,5%
Total	332	100%



Alunos do Ipa fazem reportagem no início do curso e depois aprendem sobre assessoria de imprensa

Quando estudar é aprender o valor da vida

Diálogo entre ocidente e oriente insere a cultura zen como filosofia de ensino que pensa a relação entre mestre, aluno e mundo

Camila Becker
becker.mila@gmail.com

✂ Gabriela Voskelis
gabivoskelis@gmail.com

**Estabelecer uma comparação entre Ocidente e Oriente é por demais abrangente, já que muitas vertentes religiosas envolvem os dois termos. Por isso, optamos por nos ater apenas à cultura japonesa, embora não ignoremos a existência de outras culturas e sistemas educacionais relevantes.*

EM SEU ÚLTIMO DIA DE TRABALHO antes da aposentadoria, o professor de alemão Hyakken entra na sala e comunica aos seus alunos adolescentes que não voltará a lecionar. Um deles se levanta e diz ao professor que, dentro ou fora da sala de aula, ele sempre será o mestre de duas gerações de alunos. A admiração é tanta que eles o chamam de "ouro maciço". Após um discurso emocionado, toda a turma fica de pé e canta em homenagem ao mestre.

Essa é a cena de abertura do último filme de Akira Kurosawa, "Madadayo" (Japão - 1993). O longa-metragem trata do relacionamento entre alunos e mestre após a sua aposentadoria. Muitos anos após a despedida, os garotos (agora já homens feitos), visitam Hyakken com frequência e comemoram o aniversário do "sensei" na cerimônia que dá nome ao filme: *madadayo*, em japonês, significa Ainda Não. A cena da obra de Kurosawa traz um elemento essencial para o questionamento das diferenças dos processos educativos correntes no Ocidente e Oriente. Os distintos valores e relações estabelecidas entre professor e aluno, nas duas realidades, são objeto de reflexão, já que hoje

a educação se insere em um contexto de globalização e de múltiplas influências culturais.

Para tratar de educação, tanto no Oriente como no Ocidente, é inevitável considerar uma das mais importantes manifestações do coletivo e da construção cultural: as religiões e seu papel na formação de cada sistema educativo.

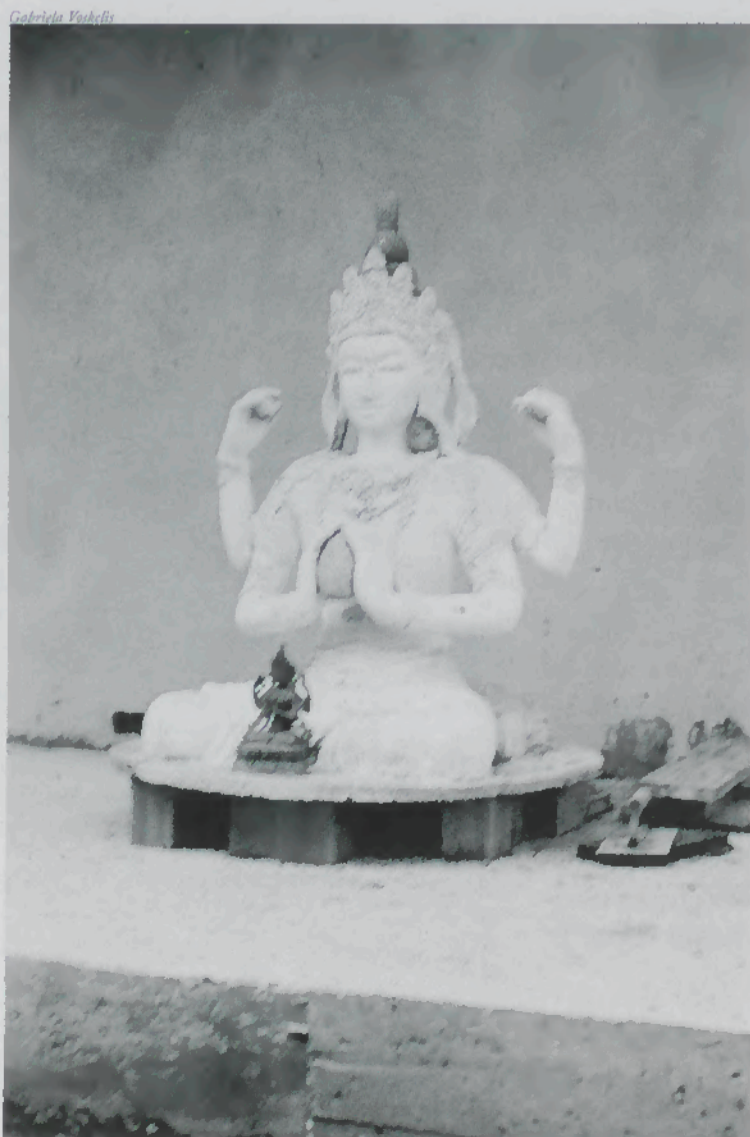
Educação como experiência filosófica

A relação direta entre educação e religião faz parte da experiência de vida do professor aposentado Celso Marques, reconhecido estudioso do zen-budismo, com formação na escola Sotô do Japão. Enquanto morou no país, o ex-professor de Filosofia observou que a influência zen-budista está presente na educação japonesa desde os processos mais elementares, como a alfabetização. Tendo em vista que no Japão a escrita é visual e não silábica, a aprendizagem acaba se tornando um processo mais reflexivo que mecânico. A partir disso, o professor compreende que o desenvolvimento da escrita pode ser considerado praticamente uma experiência filosófica. Segundo ele, o cotidiano da sociedade japonesa está imerso na filosofia zen-budista. "Decoração, vestuário, pintura, cerimônia do chá, arranjo floral, a própria caligrafia, a música, arte culinária, cortar um vegetal, preparar um prato. Desde a atividade mais simples até as coisas mais sofisticadas, como fazer um haikai, em tudo isso o zen penetrou muito na cultura japonesa. E nas escolas de primeiro e segundo graus muitas dessas artes são ensinadas dentro do currículo normal. Então, o aluno vai ter um professor de caligrafia, de judô, de caratê... São disciplinas através das quais o aluno aprende o ensinamento do zen".

Antes de viajar ao Japão, Marques morou no templo budista Busshinji, em São Paulo, no bairro da Liberdade. Lá, teve seu primeiro contato com o processo de aprendizagem do zen. Hoje, após 40 anos lecionando, Marques acredita ter incorporado ao seu trabalho como professor o que considera o maior dos ensinamentos da religião. "Um dos principais aprendizados do zen foi uma dimensão de respeito imenso às pessoas. Que cada pessoa, de uma certa maneira, é um microcosmo do universo. E cada um também tem uma dimensão misteriosa, tem uma coisa única que é só dela. E, no meu processo de relacionamento com meus alunos, como professor, sempre procurei levar em conta essa dimensão de que cada ser humano é uma individualidade, uma singularidade, e nessa medida, cada ser humano é um ser infinito também".

Aprendizado contemporâneo

De acordo com o Lama Padma Samten, a mistura de conceitos orientais e ocidentais vivenciados por Celso Marques não é um processo individual apenas. Mestre em Física Quântica pela UFRGS e fundador do Instituto Caminho do Meio, em Viamão, Lama Padma Samten afirma que há um processo de intercâmbio cultural em andamento, que vem construindo uma forma de aprender contemporânea. "Agora tem esse diálogo Oriente-Occidente, então os orientais entendem que têm que aprender muitas coisas ocidentais, e os ocidentais também começam a aprender coisas orientais. Então, os sistemas de ensino mudam".





As mudanças se tornam perceptivas pelo fato de que até mesmo em um colégio tradicional, que professa uma religião específica, é percebido o estabelecimento de um diálogo entre diversas crenças. Exemplo disso é o Colégio Batista, no bairro Floresta, onde nas aulas de religião os alunos têm acesso a várias formas de fé. “Nós estudamos, no ano passado, as religiões do mundo e também a comparação delas com o Evangelho”, afirma a coordenadora pedagógica geral, Sandra Mara Kindlein Penno. Além disso, Sandra explica que embora a filosofia cristã esteja presente em todas as atividades da escola, os alunos podem desenvolver uma autonomia. “Não é um trabalho de igreja, de doutrinação. O que existe são temas atuais debatidos sob uma ótica cristã”.

Desencontro de idéias

Apesar do evidente encontro de certos pontos de vista entre as duas culturas, há também barreiras histórico-filosóficas que impedem a total confluência de idéias, como afirma o Lama. “O conhecimento deveria atender ao que é essencial para nós. O que é essencial, na visão budista, seria a questão da felicidade. Então, os nossos referenciais deveriam estar ligados a isso. Assim, não faz sentido desenvolver conhecimentos que vão oferecer o contrário: infelicidade, insegurança, destruição. Em contraste, os sistemas ocidentais estão ligados à geração de renda. Então, eu aprendo coisas que vão ser interessantes para ganhar dinheiro e me inserir dentro de um processo econômico. A estrutura da sociedade como um todo, no Ocidente, está voltada a maximizar a economia, e não tanto à felicidade”.

As características apresentadas por Padma Samten foram identificadas por alguns sociólogos como consequência

de um processo de transformação das religiões ocidentais. Max Weber, em seu livro “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, atribui as origens desse sistema econômico às idéias da Reforma Protestante. A valorização da vida terrena em prol da vida eterna e o estímulo ao acúmulo de capitais são ideais que tiveram um papel importante no desenvolvimento do capitalismo. Mas, segundo Rosane Porto Walin, orientadora educacional do Colégio Batista, “o verdadeiro cristianismo coloca por terra toda a teoria do capitalismo, porque, pra nós, o exemplo é de Jesus sempre falando o contrário. Que deveríamos atender os pobres, ajudar quem precisa. O capitalismo veio fazer o contrário. Existe uma inversão de valores. A religião, realmente, em muitos momentos, foi usada para acelerar o processo de competição. Mas não é a verdadeira essência do cristianismo”.

Diferentes perspectivas de transmissão de valores e influência social das religiões promovem o surgimento de um forte indicador referente à relação entre o professor/mestre e o aluno/discípulo. O modo como foi absorvida culturalmente cada filosofia religiosa acabou por construir distinções entre as relações no processo educativo, tanto no que diz respeito ao educador e ao aluno, quanto no objetivo central da formação, como bem caracteriza Lama Padma Samten: “No Ocidente, os professores de um modo geral são vistos como pessoas que vão nos

ajudar a formar alguma coisa. E nós usamos muito o método repressivo, no qual o professor representa alguém que vai cobrar o que não queremos. Nós misturamos o aprendizado com a obtenção de graus. Já no Oriente, o professor se funde com um papel espiritual, como se todo o conhecimento só tivesse sentido dentro de uma noção espiritual, porque está voltado ao bem das pessoas. Nada do conhecimento tem qualquer desvinculação com a noção última da realidade, que é uma noção religiosa. É como se não houvesse uma separação entre o conhecimento e a religião.”

Além das fronteiras

A definição oferecida pelo Lama nos remete ao episódio descrito do filme “Madadayo”. A relação de respeito pelo mestre se torna mais clara quando enquadrada no contexto de visão espiritual desenvolvida pelos orientais. Porém, as diferenças conhecidas entre as duas tradições de educação não se fazem como um obstáculo de intercâmbio cultural. Assim, como Celso

Marques congregou e elaborou um conhecimento híbrido, Lama Padma Samten também acredita que essa dupla absorção cultural seja uma das formas atuais de se fazer uma nova forma de educar. “Na verdade, nós podemos aprender as práticas todas. Elas não dizem respeito ao Ocidente ou Oriente, dizem respeito a como nós somos, nossas raízes, nossos rancores e medos. E não tem cultura nem língua, todos nós temos isso. Diz respeito às nossas energias, nossas emoções, à forma de compreender o mundo”.



Gabriela Vaskele

A vontade dos atrasados

Disposição e determinação são a marca daqueles que buscam a educação através da EJA

André Baibich
abaibich@terra.com.br

FREQÜENTEMENTE, QUEM OUVES falar em Educação de Jovens e Adultos (EJA), os antigos supletivos, torce o nariz. O curto período de tempo que os professores têm para repassar o conteúdo alimenta a noção popular de que o EJA não consegue aprofundar o ensino. Porém, ao entrar em uma sala de aula desta modalidade como visitante, a atenção é direcionada para algo além dos textos e números que passeiam pelo quadro negro. O que impressiona é a disposição dos alunos para estudar.

Terça-feira é dia de matemática para os alunos do EJA do Unificado. A aula noturna da professora Rosemarie Silveira lota a sala escolar. Os alunos são das mais diferentes faixas etárias e antes do início da aula parecem muito à vontade conversando entre si. Quando Rose, como é carinhosamente chamada pelos estudantes, começa a chamada, o barulho é imediatamente interrompido. A partir daí, silêncio total. A turma, com cerca de 40 alunos, só se manifesta para responder às perguntas feitas pela professora. O comportamento, do ponto de vista da dedicação, é exemplar.

É unanimidade entre as pessoas que trabalham com este tipo de ensino que a relação entre os alunos e o professor é totalmente diferente do Ensino Regular. "Nós temos que ser professores e psicólogos ao mesmo tempo", diz Rose, enfatizando que a maioria dos alunos tem muitas dificuldades financeiras e luta para poder estudar de novo, por isso os professores precisam ser mais com-

preensivos com os estudantes do que o normal.

Em função dessa necessidade de adaptação dos professores, as escolas estaduais que oferecem EJA dedicam uma noite por semana para a formação de educadores especializados na modalidade. A regra, porém, nem sempre é cumprida. Flávia Potter, vice-diretora da Escola Estadual Imperatriz Leopoldina, conta que muitas escolas aproveitam o dia de formação dos professores para liberar os alunos. Alguns estudantes que saíram de outras escolas para o Imperatriz Leopoldina chegaram a reclamar da falta do "dia da folga".

Esta questão, porém, não é a principal dificuldade das escolas estaduais que oferecem EJA. A evasão é um problema grave na Imperatriz Leopoldina. Segundo Flávia, até nos meses de abril e maio, as salas de aula estão cheias. Quando o inverno chega e a temperatura cai, os alunos começam a desistir do curso. Ainda assim, os poucos que ficam demonstram ter a mesma vontade verificada nos alunos do colégio Unificado.

A principal diferença entre a EJA privada e a pública é a qualidade do ensino. Em uma aula de ciências no Imperatriz Leopoldina, a professora se desdobrava para tentar fazer com que os cinco alunos presentes enten-

dessem o que era a atmosfera. Todos os alunos liam em ritmo bastante lento e a professora lecionava ao lado de um dicionário, deixado à disposição de todos para que consultassem alguma palavra que não conhecessem.

Outra constatação interessante é que a média de idade dos freqüentadores de escolas estaduais com EJA é muito menor do que nas particulares. Normalmente os alunos têm entre 16 e 25 anos de idade e estudantes com mais de 40 anos são raros. Flávia lembra que são estas exceções que ajudam os jovens a mudar seu comportamento perante as aulas e os professores: "os mais velhos não agüentam a bagunça da gurizada porque estão lá para estudar mesmo, por isso acabam puxando os mais jovens".

Este é o fator comum entre EJA pública e privada. Os alunos encaram as aulas com muito mais determinação e dedicação aos estudos do que seria de se esperar de pessoas que devem articular o aprendizado escolar com problemas financeiros e particulares. Além disso, a relação entre aluno e mestre é única; o professor é visto como um amigo que precisa ser respeitado e ouvido, justamente o oposto do que normalmente acontece no Ensino Regular. Apesar de todas as dificuldades e da notável falta de qualidade no ensino de muitas instituições, a EJA se mantém como a melhor alternativa para aqueles não tiveram oportunidades na infância ou na adolescência e agora decidiram, às custas de tempo e esforço, qualificar-se através da Educação.

Alunos do EJA lutam para estudar; professores são mais compreensivos

Em busca da verdadeira escola indígena

Kaingangs da Reserva da Guarita lutam para construir uma forma de Ensino que os reconheça e preserve sua cultura e etnia

NO MÊS DE OUTUBRO, A PAISAGEM do planalto gaúcho é uma grande plantação de trigo. Estamos na chamada “zona de produção”, que abrange todo o Noroeste gaúcho. Depois de quase sete horas desde a partida de Porto Alegre, chegamos ao município de Renditoria. É lá que devemos entrar em contato com o líder político da Terra Indígena da Guarita, o cacique Valdenez Joaquim, 26 anos. Ele administra a maior área indígena do Rio Grande do Sul, com 23 mil hectares. Os quase sete mil índios da área vivem em 11 pequenas vilas, chamadas setores, e são predominantemente da etnia kaingang.

Depois de um breve descanso, seguimos ao Quilômetro 10, setor pertencente à cidade de Tenente Portela. Ao descermos do carro, quatro cadeiras nos esperavam. A hospitalidade, aliás, é uma das marcas mais visíveis que percebemos nos cinco dias em que convivemos com os índios. Éramos quatro estudantes universitários: dois de jornalismo, um de antropologia e um de biologia. Enquanto o churrasco era servido, nos apresentamos. Informamos que pretendíamos passar alguns dias conhecendo a comunidade. Fomos questionados sobre nossas acomodações. Queriam saber se te-

Maurício Cossio
mrcossio@hotmail.com

&

Emanuela Pegoraro
emanuela.pegoraro@gmail.com

ríamos lugar para dormir. Levávamos barracas e pretendíamos ficar ali mesmo na companhia dos moradores. Um burburinho nervoso em uma língua completamente desconhecida, o kaingang, se estabeleceu entre o cacique e seus homens. Quando a conversa terminou, Valdenez nos disse, em português claro, que poderíamos ficar na escola do setor.

Desde o início deste ano, a estrutura da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêthê Tenh Ribeiro (pronuncia-se Iãtã Tan) está dividida entre o prédio da Igreja Católica e o CTG do Quilômetro 10. O nome indígena do homem que batizou a escola quer dizer Corvo Branco. Quatro turmas ocupam o lugar dos fiéis, dividindo espaço com o altar. Outras duas classes estão improvisadas no salão de bailes. Por essas dependências circulam 205 alunos, da pré-escola à oitava série, divididos nos turnos da manhã e tarde.

Briga política

Em setembro de 2005, as aulas foram paralisadas devido ao comprometimento do antigo prédio de madeira da escola. Em outubro do mesmo ano, a comunidade da Guarita bloqueou a RS-330, entre Miraguaí e Tenente Portela, reivindicando a construção de uma nova escola. As obras, que iniciaram em junho deste ano, estão pa-

radas devido a um impasse entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Tenente Portela. Enquanto a situação não é resolvida, os muros já erguidos da futura escola são palco das brincadeiras dos garotos. O jogo de empurra das duas instâncias do Poder Executivo está perto de esgotar a paciência dos índios. Valdenez avisa que a comunidade não hesitará em trancar a estrada novamente.

Após a primeira noite em meio a classes e trabalhos coloridos na parede, fomos transferidos para a pequena casa onde funciona a cozinha da escola. Lá tínhamos banheiro, fogão e geladeira à disposição e não correríamos o risco de ser acordados pelas cozinheiras de manhã. As atividades delas estavam paralisadas. Os funcionários administrativos da escola completavam o quarto mês sem receber salários.

Desde 1991 as escolas indígenas pertencem ao Estado. Como conta o professor Natalino Góg Crespo, do setor Missão, antes as escolas eram passadas como um “balão” entre os governos e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Em 2000, foi iniciada a regularização das escolas indígenas. Através da Constituinte Escolar, as aldeias passaram por um importante processo autônomo de elaboração do regimento interno em encontros com professores indígenas de todo o Estado.

No mesmo ano, um expressivo número de professores índios foi contratado para os quadros escolares antes compostos quase que exclusivamente por educadores brancos. Atualmente, dos 210 professores da Terra Indígena da Guarita, cerca de 60 são brancos. Na escola do Quilômetro 10, por exemplo, somente os professores índios podem lecionar nas séries iniciais. O direito constitucional, conquistado pelos índios, a uma escola bilíngüe e diferenciada está finalmente em processo de consolidação.

Ensino diferenciado

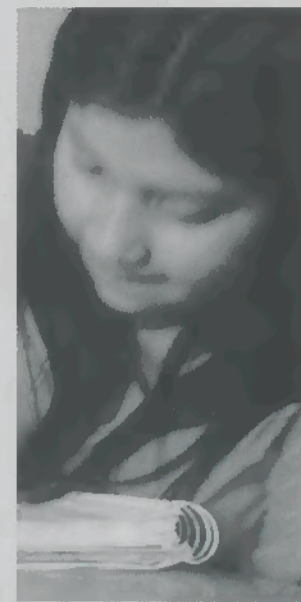
A primeira escola da Guarita foi criada em 1963. Fazia parte do Projeto Missionário do pastor Norberto Schwantes, da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil). Um texto produzido por professores que encontramos nos arquivos da Escola do Quilômetro 10 conta a história da primeira tentativa de educar os índios na Guarita. “Essa educação (...) era disfarçada de uma ideologia de dominação e ‘civilização’ dos índios”. Professores alemães formaram monitores bilíngües, capazes de instruir em kaingang, e desde então as escolas indígenas são gerenciadas por brancos. A profes-



Emanuela Pegoraro



Emanuela Pegoraro



sora bilíngüe Vitalina dos Santos afirma que “por enquanto, o índio não tem alcance”, quando se refere à possibilidade de um indígena assumir a direção da escola Jê-tê Tenh.

É uma questão delicada pensar que os índios participam de uma instituição formal não-indígena, que é a escola, com suas formatações pedagógicas criadas pelos brancos. Na Terra Indígena da Guarita, muito ouvimos falar em educação diferenciada, mas percebemos a angústia de não se saber exatamente como colocá-la em prática para os mais de 1.800 alunos. Qual é o horário letivo ideal para a criança indígena? Como lidar com o fato de que, na Guarita, as crianças costumam viajar com a família para vender artesanato? A alfabetização deve ser em kaingang ou português?

A professora do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da UFRGS, Maria Aparecida Bergamaschi, desenvolve trabalhos

com a Educação Indígena Guarani. Ela diz que não existe prática capaz de promover com tranquilidade o ensino diferenciado. Maria Aparecida acredita, porém, que os indígenas serão os próprios criadores das suas propostas educacionais. “Esse trabalho está sendo desenvolvido, mas não vai se materializar de um dia para outro. Há um medo de romper com as práticas instituídas nas escolas”, diz.

Na Guarita, as iniciativas são pontuais, de acordo com a realidade de cada uma das 13 escolas. O professor Natalino, por exemplo, criou, em parceria com os outros professores da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Davi Rygjo Fernandes, um calendário especial, que prevê as aulas de acordo com os ciclos da mata e da agricultura. Além disso, o grupo realizou uma

pesquisa sobre os costumes tradicionais dos kaingang. Esse material foi publicado no livro “Textos Kanhgág” e distribuído para todas as escolas indígenas. Já na escola do Quilômetro 10, os educadores produziram um Guia do Professor, que aborda o ensino nos aspectos da cultura, meio ambiente e biodiversidade.

Quanto à elaboração de teorias a respeito do ensino indígena, o professor Miguel Ribeiro deu alguns passos importantes. Durante longa conversa, ele nos mostrou seu caderno, em que, à mão, preparou um manual que visa teorizar o ensino diferenciado. O estudo baseia-se na valorização da identidade indígena, prejudicada pela repressão sofrida desde o século 16. Miguel, que divide a história do índio em antes e depois de 1500, até agora não vislumbra alguma possibilidade de publicação de seus escritos, mas em março de 2007 passa a

implantar a nova proposta pedagógica na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Toldo Campinas, do setor Estiva.

Questão de espaço

No âmbito do Ensino Superior, um estudo de 2003 é revelador. Realizado por pesquisadores associados ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais, da UFRGS, o “Diagnóstico do Programa de Bolsas de Manutenção da *Diakonisches Werk* para Estudantes Indígenas na Unijui” revela que, nas últimas décadas, o indígena passou a ver a educação e a escolarização não mais como um sistema de exploração, conforme ocorrido nas primeiras escolas da comunidade da Guarita, mas como um dispositivo de transformação da sua realidade social.

Por meio do incentivo financeiro da instituição alemã *Diakonisches Werk*, as matrículas de indígenas em cursos de graduação na Universidade Regional do Noroeste (UNIJUI) aumentaram, em 10 anos, de cinco para 45. Em 2002, dos 55 estudantes indígenas que freqüentaram ou ainda

Emanuela Pegoraro



As obras de uma das escolas da aldeia estão paradas desde junho deste ano



Emanuela Pegoraro

freqüentam a Unijuí, trinta e um são da comunidade da Guarita. A escolha dos cursos de graduação revela que o índio opta pelas áreas de maior demanda de suas comunidades, como educação e saúde. O estudo mostra ainda que o indígena graduado colabora e é reconhecido em sua comunidade, ou seja, passa a atuar e a modificar o ambiente.

Na nossa curta visita, percebemos que é justamente este o desejo das lideranças da Guarita: que o índio opere o seu espaço. A diretora não-indígena da escola do Quilômetro 10, Nadir Fleck Grassioli, nos conta que seu sonho é que um índio possa um dia assumir a direção da Jê'tê Tenh. Enquanto esse dia não chega, Nadir trabalha em parceria com o cacique e a comunidade, tomando decisões coletivas, para que, de alguma forma, a escola esteja sob o comando de quem ela pertence de fato e de direito.

Nas várias rodas de conversas de que participamos, os professores Natalino e Miguel repetiram uma frase que demarca precisamente a situação dos índios da Guarita. "Precisamos conhecer nosso passado, para entendermos nosso presente e, a partir daí, projetarmos nosso futuro."

Nos últimos séculos, os índios foram testemunhas de mudanças que trouxeram consigo perdas irreparáveis. A mata nativa foi derrubada e deu lugar a plantações de soja e trigo. Na

ditadura militar, a mão-de-obra indígena foi explorada pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio, órgão precursor da FUNAI) nas lavouras. A tradicional mística vem sendo substituída pelos elementos e crenças das igrejas católica e evangélica. A conversa com os mais velhos perdeu espaço para a falta de tempo da vida moderna e para a televisão. Mas a cultura kaingang está no sangue e resiste. No pouco tempo que passamos na Terra Indígena da Guarita, pudemos perceber a preocupação da comunidade em reencontrar suas raízes. Esperamos que ela consiga. E que não seja tarde demais.

Quotas indígenas na universidade

Após o pioneirismo da Universidade Regional do Noroeste (UNIJUI), outras instituições particulares de Ensino Superior do Rio Grande do Sul já adotam o sistema de quotas de ingresso para indígenas, como a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e o Centro Universitário Metodista (IPA).

Segundo o professor doutor do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Sérgio Baptista da Silva, a experiência das instituições já praticantes do sistema de quotas mostra que, mais importante que o auxílio financeiro, é o trabalho de acolhida, integração e permanência que os alunos quotistas devem receber.

"Há especificidades culturais muito marcantes, a bolsa não é o bastante, os alunos precisam ser acolhidos, entender a lógica da Universidade", completa Baptista. O professor cogita a hipótese da presença de tutores - pessoas que acompanhem o indígena na compreensão de uma lógica sócio-cultural diversa.

Em busca da abertura de quotas para as etnias excluídas, a UFRGS criou a Comissão Especial de Ações Afirmativas a fim de produzir um projeto que será votado no Conselho Universitário. A presidente da comissão, professora Céli Regina Jardim Pinto, afirma que a previsão é que para o vestibular de 2008 já esteja estabelecido o sistema de quotas na UFRGS.



Emanuela Pegoraro

"A única solução é a educação"

TRÊSPOR4: Quando se fala em investimento em educação, fala-se em aumentar vagas, melhorar a infraestrutura das escolas, valorizar os professores. Adianta colocar em prática tudo isso sem alterar a maneira com que é prestado o ensino de Educação Básica hoje, dentro da sala de aula, com muita imposição e pouco incentivo?

Cristovam Buarque: Só dinheiro não resolve. De nenhuma maneira. Se a gente colocar dez computadores por escola, vai perder esses computadores. Primeiro, porque serão roubados rapidamente, não tem como guardá-los. Segundo, porque os professores não estão preparados para usar. E, terceiro, porque alguns preparados não gostam. O processo tem que ser paulatino, de mais recursos e mudanças na Educação de uma maneira ampla no país inteiro. É o que eu chamo "federalização da Educação".

O governo Lula não tem interesse em trazer para si a Educação, quer deixar lá no município. Quando eu falo em trazer o problema para o Governo Federal, quando eu falo em federalizar, não é centralizar a gerência, nem é financiar tudo com recursos do Governo Federal, mas é definir padrões nacionais. O primeiro padrão é o de salário e formação do professor, como o Banco do Brasil. O Banco do Brasil não tem o mesmo salário e a mesma formação para os seus funcionários, seja qual for a cidade onde eles trabalham? Por que não temos isso também com a Educação? O segundo é o padrão mínimo de edificações e equipamentos. O Banco do Brasil tem prédio bo-

nitinho em qualquer lugar do país, onde você for tem ar condicionado e o computador é de última geração. Por que não pode ter isso nas escolas também? O terceiro é de conteúdo básico, que deve ter um padrão nacional e o Governo Federal ser o fiscal disso, através de uma lei de responsabilidade educacional para todos os prefeitos. E mais investimentos federais. Só seria preciso R\$ 7 bilhões a mais, no primeiro momento. Depois, vai chegar a R\$ 20 bilhões ou R\$ 25 bilhões, ao longo dos anos. Isso é pouco. O orçamento tem R\$ 700 bilhões. É claro que é possível, os outros países já fizeram. O Brasil não faz porque nossa dirigência, seja de direita ou dita de esquerda, não tem compromisso com as massas. O projeto do Lula dá O bolsa-família, não dá a escola. Isso que é triste. Por exemplo, a única coisa que o Lula coloca em Educação Básica hoje é o FUNDEB. O FUNDEB não vai mudar nada na Educação Básica brasileira, não vai piorar, vai melhor um pouquinho, mas não vai mudar. E a mesma coisa o FUNCEF, que em 12 anos não mudou nada. Claro que melhorou um pouquinho. Aumentou a matrícula porque interessa ao prefeito ter mais alunos para ter mais dinheiro. Aumentou o salário do professor, que passou de R\$ 100 para R\$ 250 ou R\$ 300. Mas não melhorou formação, nem equipamento e nem melhorou substancialmente o salário. Não só é possível, como se a gente não fizer isso, o Brasil está perdido, será uma nação de segunda ou terceira categoria. Agora, tudo isso precisa de tempo, calculo que leva 15 anos para a gente fazer isso no Brasil inteiro.

TRÊSPOR4: No interior do Brasil, a questão do trabalho infantil ainda é bastante grave. Nas favelas das grandes cidades o problema parece ainda

pior, pois crianças enxergam no tráfico uma oportunidade mais atrante do que a escola e acabam se tornando escravos do crime organizado. Em uma palestra que o senhor proferiu em Porto Alegre, foi sugerida uma poupança para ser retirada no final do Ensino Fundamental ou Médio. O senhor ainda defende essa medida e que outras medidas práticas poderia citar?

Buarque: Essa proposta da poupança-escola eu não só defendo, eu implantei quando fui governador. No meu tempo de governador, a criança que passasse de ano recebia R\$ 100 em uma caderneta de poupança, para acumular e receber quando terminasse o Ensino Médio. Quando eu fui ministro, apresentei o projeto de lei na Casa Civil do presidente Lula. Está lá, guardado em alguma gaveta. Como senador, eu tenho esse projeto caminhando aqui no Senado e como tenho direito a apresentar emendas ao orçamento, vou colocar uma emenda para que esse projeto possa ser financiado no Estado que desejar. Essa é uma idéia boa, excelente. Mais do que isso, eu tenho uma organização não-governamental, chamada Missão Criança, que paga poupança-escola para 300 crianças, se elas passam de ano. É um programa barato, é um incentivo para que se estude, se passe de ano. E o Brasil acaba ganhando dinheiro. Porque o Brasil gasta mais com repetência do que gastaria com um programa desse tipo. Agora, isso não basta para acabar com o trabalho infantil, porque a pessoa precisa da renda no bolso no final do mês. Por isso, a poupança-escola tem que vir acompanhada da bolsa-escola. Uma bolsa-escola com um valor razoável para estas crianças que trabalham. E isso só será feito se o Governo criar uma instância, um órgão ou uma pessoa responsável pela abolição do trabalho infantil e da prostituição. Defendi, quando estava no Governo, que do mesmo jeito que teve alguém para cuidar do Fome

MILITANTE DA AP (AÇÃO Popular) exilado na França após o golpe de 1964. Engenheiro mecânico com doutorado em Economia pela Sorbonne em 1973. Reitor de Universidade de Brasília, o primeiro por eleição direta, entre 1985 e 1989. Governador do Distrito Federal entre 1995 e 1998. Ganador do Prêmio Jabuti de Literatura em Ciências Humanas de 1995. Senador da República, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, em 2002, com recorde de votos no Distrito Federal. Ministro da Educação do governo Lula entre 2003 e 2004. Autor de dezenas de livros, artigos e projetos, como o Bolsa-Escola. Membro do Instituto de Educação da UNESCO. Seguidor de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, 62 anos, é o entrevistado especial desta TRÊSPOR4. Desde 2005 filiado ao Partido Democrático Trabalhista, o senador se tornou um grande crítico da educação brasileira, representando uma forte oposição ao modelo educacional vigente e se consolidando como um respeitado intelectual na área. Neste ano, Cristovam Buarque concorreu à presidência da República e enfatizou em seu discurso a necessidade de uma transformação estrutural da educação, mas obteve uma votação pouco significativa - 2% do eleitorado.



Zero, poderia ter alguém para cuidar do "Trabalho Infantil Zero" e da "Prostituição Infantil Zero" com um prazo determinado. Para mim, bastam dois anos, mas coloquei quatro como prazo. O grave é que aumentou o trabalho infantil no ano passado. O Governo do presidente Lula, um governo de esquerda, dos trabalhadores, deixou para o cenário mundial a vergonha do trabalho infantil estar aumentando em vez de estar sendo erradicado.

TRÊSPOR4: O Governo parece estar mais preocupado com o crescimento econômico, mas o crescimento econômico pode se dar sem Educação?

Buarque: Pode até se dar, mas não é sustentável e nem para muitos. Só a educação é capaz de criar um desenvolvimento sustentável, permanente — porque teríamos ciência e tecnologia próprias — e só com educação básica é que a gente vai conseguir distribuir o resultado da economia. A educação garante oportunidades iguais e com oportunidades iguais a gente garante uma redução da desigualdade econômica.

TRÊSPOR4: A falta de apoio à Educação no país pode ser explicada como uma manobra eleitoreira, uma vez que seria mais fácil para os partidos se elegerem e se manterem no poder quanto menos educado for o povo?

Buarque: De uma maneira diferente, não exatamente essa. Eu não diria que os governos não apoiam a Educação para que os eleitores não saibam votar. Os governos não apoiam a Educação porque colocar dinheiro em outros projetos é que dá mais voto. E o Lula é mestre nisso. Ele sabe, e nesse ponto é genial, onde investir para dar mais retorno eleitoral. Não é na Educação Básica, que demora 10 ou 15 anos para dar resultado. Quando o Lula vai em uma cidade, o que ele promete? Uma nova universidade. Ele não promete uma nova escola básica, porque uma nova universidade enche de brilho os olhos das pessoas e uma nova escola básica, não. Da mesma maneira que você chegasse em uma cidade e dissesse "eu vou melhorar o transporte público". Não entusiasmaria muito. Agora, se você dissesse "eu vou dar crédito para todo mundo poder comprar carro privado", as pessoas se alegrariam, mesmo aquele que não tem dinheiro para pagar o crédito. Mesmo os analfabetos se animam mais quando sabem que vai ter uma universidade do que quando sabem que vai ter um curso de alfabetização. Isso é uma das tragédias de quem quer fazer política olhando a longo

prazo. Então, essa afirmação, eu proponho de uma outra maneira — não é para manter as pessoas estúpidas, ignorantes, sem Educação, que não se investe em Educação. Não, isso seria uma maldade grande demais. É porque investir em outros lugares dá maior retorno eleitoral, e aí a Educação fica relegada.

TRÊSPOR4: A que o senhor atribui a falta de apoio financeiro na sua campanha por parte dos empresários, uma vez que o senhor assumiu bater na tecla de um problema estrutural da sociedade brasileira?

Buarque: Não acho que foi porque não gostam da Educação. Os empresários não deram contribuições porque eles não aplicam dinheiro em um candidato que tem 1% nas pesquisas eleitorais, como eu tinha durante quase todo o tempo. Fiquei com 1% até as últimas semanas, quando subi para 2%. O interesse da maior parte deles é de colaborar com um candidato com chance de ganhar, porque não gostam de investir em candidato que vai perder. Além disso, Educação não dá voto, por isso não dá dinheiro para financiar a campanha.

TRÊSPOR4: A partir desse processo eleitoral o senhor passou a ter uma visibilidade nacional, inclusive mai-

or do que quando ministro da Educação. Como pretende utilizar esse status de defensor de uma política radical na Educação nos próximos quatro anos?

Buarque: Usando a minha tribuna no Senado para defender o movimento nacional pela Educação e apresentando os projetos de lei que possam levar à realização das minhas propostas. Aquilo que eu apresentei ao Lula, quando eu era ministro, e que ficou tudo lá engavetado, inclusive o PROUNI, que demorou dois anos para sair, inclusive o FUNDEB, que demorou três anos, eu apresento ao Senado. Pena que projeto de lei dos senadores demora muito tempo para ser aprovado. Aqui o que mais acontece é a gente aprovar lei de senador que já morreu.

TRÊSPOR4: Quanto tempo leva em média?

Buarque: Às vezes cinco, dez anos. É comum a gente aprovar leis feitas por pessoas que já estão mortas.

TRÊSPOR4: O que assusta uma parcela da comunidade universitária é que o Ensino Superior tem se tornando cada vez mais técnico e menos crítico, na maioria dos cursos, curvando-se à lógica do mercado. O senhor concorda com isso?

Buarque: Isto assusta, mas a comunidade pouco faz para que a universidade retome seu papel crítico, que

sempre teve. Há dois meses, os reitores foram ao Palácio do Planalto dar apoio ao candidato Lula. Não há forma maior de submissão ao poder do que esta. As universidades, com aquele gesto, perderam toda autoridade para falar em autonomia e crítica. Por outro lado, vivem uma ditadura do pensamento único como se não houvesse alternativas ao projeto civilizatório. Crítica, alternativa, humanismo ficaram como coisa do passado. E a universidade assiste a isso passivamente e ainda põe a culpa nos outros, no sistema, enquanto apóia o poder.

TRÊSPOR4: Esse é um caminho sem volta?

Buarque: Concordo, mas é um pouco injusto com as universidades, porque as universidades, pelo menos, ainda têm algum senso crítico. Mas entre os intelectuais brasileiros a crítica morreu. Os intelectuais brasileiros hoje fazem como a Marilena Chauí disse: "silêncio reverencial ao poder". Para mim, o maior problema não é a Universidade. Eu sou crítico quanto à Universidade, mas tenho que reconhecer, nesse país tomado de corrupção, você não vê corrupção na Universidade. O Brasil não está produzindo e você vê a Universidade produzindo mesmo sem dinheiro. Esse acomodamento que existe, é verdade, é maior entre os intelectuais. Veja a literatura brasileira. O povo não é mais tema da literatura nacional. O povo foi tema para Graciliano Ramos, Jorge Amado. Quando não havia *apartheid* social, havia a referência ao pobre, porque ele era distante, mas também porque havia a perspectiva de que se integraria com a parcela moderna. Hoje, os intelectuais brasileiros devem estar sentindo, muitos deles nem percebem, que não há espaço para todos no padrão de consumo que eles têm. Você vê a literatura indiana, turca, paquistanesa, essa literatura ainda fala de povo, mesmo

existindo a divisão em castas. Você lê livros na Índia, como *Deus das pequenas coisas*, e que termina com um romance entre alguém de casta alta e uma pessoa intocável. No Brasil, não tem isso. Nem mesmo na novela. Eu só vi uma novela em que teve um romance entre a filha da dona da casa e o motorista. A filha da dona da casa era drogada. Se não fosse drogada, muito provavelmente não teria aquele romance com o motorista que a salvou das drogas. O príncipe herdeiro da Espanha casou com uma plebéia um dia desses. Eu duvido você ver um rico brasileiro se casar com uma pobre, porque não convivem no mesmo espaço, não vão a mesma escola, ao mesmo *shopping center*. Então, esse acomodamento dentro da universidade, de que perdeu o senso crítico, ainda é menor do que no resto da intelectualidade brasileira. Eu digo artistas, sociólogos, economistas, que quando estudam a pobreza, é por um lado folclórico, por um lado de inviabilidade da convivência. Toda mulher devia ler o livro *A distância entre nós*, de uma escritora indiana. É um livro que cuida da relação entre a patroa e a empregada, e descreve um mundo de luxo e um mundo da miséria. Elas convivem, conversam – por isso que eu acho importante ler, elas cultivam amizade mesmo vivendo em mundos completamente diferentes, salvo uma coisa, o casamento das duas é um desastre. E o machismo atravessa as castas.

TRÊSPOR4: E o senhor acha que essa diferença social se dá basicamente pela Educação, no Brasil?

Buarque: A única solução é a educação. O que produz hoje a desigualdade é a educação. A educação reflete a igualdade, é como a casta. A mãe é analfabeta, o pai é analfabeto, o filho não se matricula, não estuda, fica analfabeto e continua desigual. Tem ex-



ceções raríssimas, na loteria e no futebol, por exemplo. No futebol, existe uma equivalência tanto para filho de pobre como para filho de rico. Qualquer lugar que morar o pobre, ele tem uma bola e tem um campo de futebol, aí ele começa a jogar. Mas não tem uma escola nem um computador para ele. Então, você cresce de acordo com o seu talento e a sua persistência no futebol. Na literatura você não tem esta chance porque você não aprende a ler, não sabe ler, não tem livros, aí não adianta ter um talento, se não puder desenvolver. Você pode ter um sujeito talentosíssimo para pintura, mas se ele nunca pegou em um pincel, ele não vai ser um grande pintor. E isso acontece com livros e computadores, felizmente não acontece com bolas.

TRÊSPOR4: Há um certo mito intelectual de que todo pobre é incompetente.

Buarque: O mito pode ser esse, mas a realidade é de que a pessoa pobre não tem condições de desenvolver a sua competência. Há pessoas geniais

que não estudaram e não vão desenvolver a sua genialidade, salvo exceções como o futebol, as artes. Mas não vai ser um grande físico. A competência, a pessoa tem quando nasce, o desenvolvimento da competência é que depende do meio ambiente. É o que os ingleses chamam de *nature and nurture* (natureza – como a pessoa nasce – e a nutrição – como ele é educada). O desenvolvimento da competência depende da educação. Você pode até ter alguém que é capaz de se educar sozinho de tanta competência, sem escola, mas foi a educação que lhe deu a oportunidade. Não há forma de desenvolver competência sem educação, até mesmo sem os instrumentos físicos, como o computador. Você não pode virar um cirurgião sem ter um bisturi e sem aprender a usar o bisturi. Existem autodidatas, mas hoje eles

Entrevista Especial - Cristóvam Buarque

têm pouquíssima chance de desenvolver todo o seu potencial.

TRÊSPOR4: Nem todos podem ser autôditas.

Buarque: Mesma coisa com negros. Os negros têm tanta genialidade quanto qualquer outra raça. Agora, no Brasil, o negro é pobre. O pobre não tem escola. Não tendo escola, não tem educação. Aí, terminam os negros tendo menos desempenho que os brancos, mas porque os brancos têm dinheiro e pagam escolas boas.

TRÊSPOR4: Falávamos sobre a universidade. Na sua opinião, quais são os aspectos positivos e negativos na

parceria entre universidades públicas e fundações que aportam verba privada na universidade pública? O senhor acredita que a interferência direta de empresas privadas prejudica ou beneficia as universidades?

Buarque: Se as empresas canalizam recursos, sem nada exigirem, só pode ser positiva a relação entre elas e as universidades. Se exigirem atender seus interesses empresariais, mas estes convivem com interesses nacionais, da população - por exemplo, descobrir uma vacina - também o financiamento e a relação são positivas. Em caso de ser um trabalho de pesquisa contra o interesse nacional, para be-

neficiar apenas a empresa, o financiamento se torna negativo e deve ser evitado. Para administrar estas diferentes possibilidades, é preciso que toda parceria de empresa e das fundações sejam administradas com total transparência.

TRÊSPOR4: Em um contexto de crescimento espantoso da Universidade privada e quase estagnação da pública, o governo atual resolveu comprar vagas na Universidade privada ao invés de investir na pública. O que o senhor pensa desta tendência?

Buarque: A pergunta pode ser vista de outra maneira: em um tempo de crescimento da demanda por vagas de milhões de jovens que desejam estudos, sem que o ensino estatal aumente as vagas, o governo deve dar bolsas a alunos das particulares? A resposta, nesta ótica, é: claro! Desde que os cursos oferecidos tenham qualidade e sejam em áreas de interesse nacional. Como devem também ser os cursos das universidades estatais.

TRÊSPOR4: Um dos termos muito utilizados pelo senhor é o "apartheid social", em alusão ao regime racista vigente por décadas na África do Sul. O senhor acredita que a inclusão de cotas para negros e índios nas universidades reduz emergencialmente este apartheid social ou o senhor acha que pode gerar um problema racial num país de mestiços, já que os pobres considerados como brancos poderiam ser prejudicados?

Buarque: As cotas para negros e índios nada têm a ver com a "apartação", o "apartheid social", têm a ver com o absurdo de, 120 anos depois da abolição da escravatura, a elite brasileira ser quase toda branca. A apartação social será eliminada com 100% dos jovens terminando o ensino médio com qualidade, e não com mais vagas nas universidades para os poucos, cerca

de 18%, que terminam o ensino médio com qualidade.

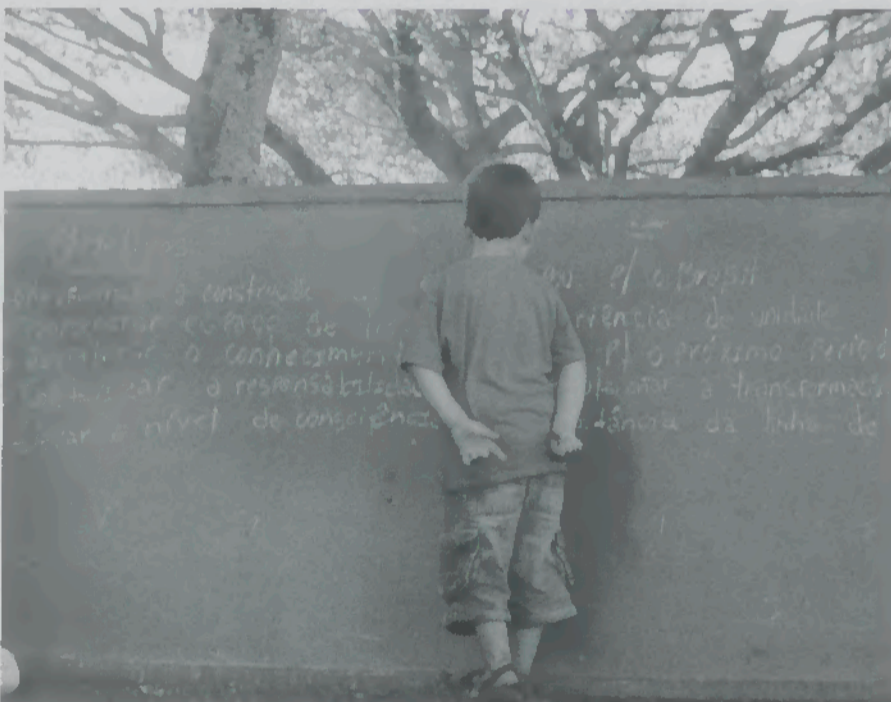
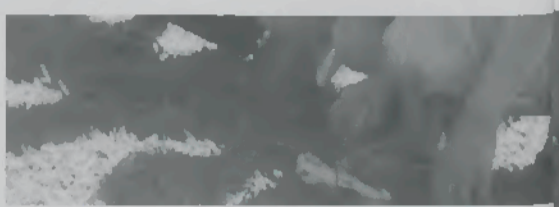
TRÊSPOR4: A Universidade deixou de ter a vanguarda do conhecimento em meio à disseminação de outras formas de se obter conhecimento. O senhor entende que essa é uma mudança positiva ou negativa? Como fazer para voltar a ser vanguarda? Qual a importância de ser vanguarda?

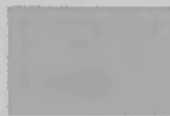
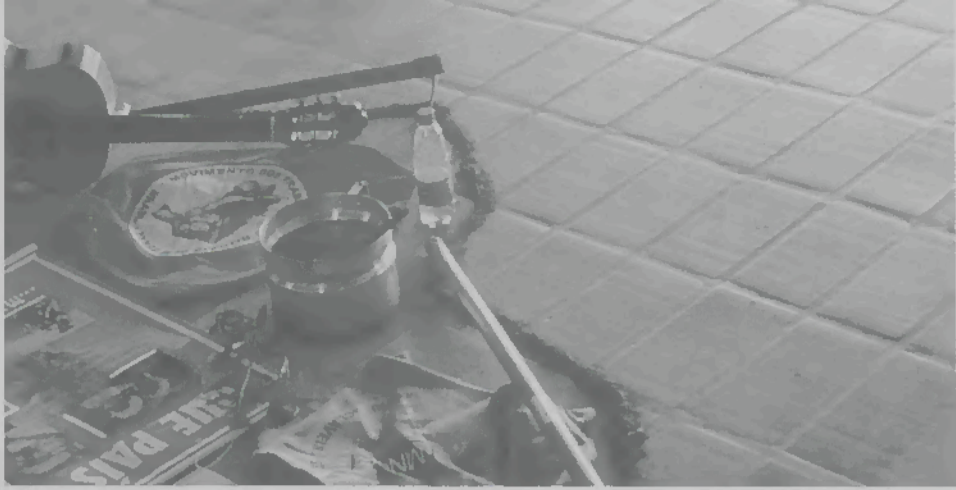
Buarque: A ampliação nas formas de desenvolver e disseminar conhecimento é, obviamente, positivo para a civilização. Prejudicial para o monopólio que a Universidade tem tido nos últimos 100 anos. Mas a culpa é da universidade, que não percebe, ainda, as novas formas e a nova velocidade como o conhecimento avança e se dissemina. Isto já aconteceu uma vez. No século XII em diante, os conventos não perceberam a velocidade e a disseminação do conhecimento grego que chegava à Europa Medieval. O resultado é que os conventos ficaram congelados e surgiram as universidades. O mesmo pode acontecer agora, outra vez, com as universidades ficando obsoletas diante dos novos centros geradores e disseminadores de conhecimento.

TRÊSPOR4: O senhor poderia nos falar um pouco sobre a sua experiência como ministro da Educação? Essa experiência chegou a mudar em algum ponto o modo em como o senhor enxerga saídas para resolver a questão do ensino público no País?

Buarque: Cheguei ao ministério com a clareza de que era preciso erradicar o analfabetismo, federalizar a educação de base e refundar a Universidade. Comecei estes três grandes objetivos. Pena que os dois primeiros foram interrompidos em 2004 e a refundação - cujo documento de base foi publicado pelo MEC, em 2003 - que hoje serve de base à discussão em outros países, tenha sido







Objetivos
- definir y construir
- proporcionar espacio





A luta pelo direito de ensinar

Na periferia de Viamão, uma mulher dá aula de perseverança ao ensinar o que as crianças não conseguem aprender na escola

Érico Ramos
emaildoerico@gmail.com

TALVEZ SEJA DIFÍCIL, ATÉ MESMO para ela, precisar no tempo o dia em que tomou a decisão de viver sua vida ajudando os outros. “Acontece tanta coisa que às vezes fica difícil dizer certinho uma data”, justifica Tia Lolô. Há pelo menos 10 anos, ela emprega todo o seu tempo e energia na tentativa de que as crianças de seu bairro, a Vila Orieta, um dos mais pobres de Viamão, não tenham o futuro a que estão predestinadas.

Hoje, Tia Lolô tem uma associação fundada com seu nome, voluntárias trabalhando com ela e conta com uma estrutura que atende a quase uma centena de crianças por dia. Dentro de um galpão construído com costaneiras doadas pela prefeitura e de uma carcaça de ônibus doada por um empresário de Caxias do Sul, Tia Lolô e as voluntárias passam, incansáveis, por cima das dificuldades, para dar aos meninos e meninas, com idades que vão dos dois aos 14 anos, o que provavelmente lhes faltaria se elas não estivessem lá: educação, comida e carinho.

Tudo começou por causa de necessidades da própria família. O filho mais velho vinha mal no colégio. Na falta de quem o ajudasse, a própria Tia Lolô, que não tem nem a sexta série do Ensino Fundamental, resolveu dar, para ele e os colegas de aula, um reforço escolar.

“A professora disse que não tinha chance, em outubro não estavam nem alfabetizados. Comecei a puxar por eles e, naquele ano, todos passaram. Daí, vieram

Da noite para o dia, Tia Lolô, que lidava diariamente com cerca de 20 a 30 crianças famintas, passou a ser a única esperança para mais de uma centena delas

os colegas da vizinhança” conta. “Eu imagino que por causa do lanche. Às vezes, um pacote de maçã eu partia em 50 pedacinhos”.

Em pouco tempo, a sala de sua casa já não os acomodava mais, por isso foram todos para o pequeno pátio na parte da frente do terreno e ali ficaram por quase três anos. “Um dia eu estava com as crianças sentadas no banco, e estava chovendo, eu dizia para elas irem pra casa, mas elas não iam. Daí o rapaz viu, disse

que tinha um ônibus na oficina que ele não ia consertar e ofereceu emprestado. Foi muito legal. Era diferente. As crianças diziam: ‘sabe onde eu tô estudando? Com a tia Lolô, dentro do ônibus!’”

O jornal Diário Gaúcho, de Porto Alegre, fez uma pequena série de matérias com “a mulher que dava aulas dentro do ônibus”. A visibilidade que a aparição na mídia proporcionou trouxe muita gente querendo ajudar, mas também muita gente querendo ser ajudada. O número de doações de alimentos, roupas, material escolar com que Tia Lolô já contava aumentou bastante, contudo, não na proporção necessária para dar conta da legião de novas crianças que apareceram. Da noite para o dia, Tia Lolô, que nos últimos anos lidava diariamente com cerca de 20 a 30 crianças famintas, passou a ser a única esperança para mais de uma centena delas. Não bastassem as dificuldades que a nova dimensão do trabalho tomou, o dono do ônibus, enciumado, segundo ela, resolveu torná-lo de volta. “Foi muito triste. Ele foi pegar na véspera do Dia dos Pais, a gente estava fazendo trabalhinho e a criança chorou muito. Estava chovendo, foi bem sinistro. A chuva, as crianças chorando... Aí eu voltei pro pátio, puxei a lona e fiquei ali embaixo com eles”, relembra, emocionada.

Embaixo da lona, em pleno inverno, foram quase dois meses. Neste período, com a ajuda de um amigo de infância, também morador da vila, Tia Lolô criou a Associação Tia Lolô da Vila Orieta.

O terreno em frente à casa dela foi arrendado e, com a ajuda da prefeitura, a área foi transformada no que é hoje. Foi construído o pequeno galpão de costaneira e, em seguida, a cozinha e os banheiros. Os fundos do terreno que Tia Lolô capinava de maneira hercúlea, com um facão, esperando um dia conseguir transformá-lo num campo de futebol, foram patrolados por um trator da prefeitura e hoje, os meninos da vila têm aulas de futebol duas vezes por semana no campinho. Foi nesta época, também, que o empresário de Caxias fez a doação da carcaça do ônibus branco com o nome Tia Lolô escrito nas laterais, em letras azuis, dentro do qual é feito hoje o reforço escolar para cerca de 90 crianças.

Lutando contra todas adversidades, desde a falta de recursos até a ingratidão dos pais das crianças que ajuda, Tia Lolô é uma típica guerreira gaúcha – uma Anahy arrastando pela terra arrasada da miséria do povo brasileiro seu ônibus sem rodas, tentando a todo custo lutar contra o destino da imensa família que acolheu. Ao contar que é de Caçapava do Sul, ela se recorda emocionada da infância, chora ao lembrar que viu seu pai perder fazenda, gado, empregados e trazer, para a mesma vila onde mora hoje, tudo o que lhes restara dentro de uma Kombi. “Eu passei muita fome, por isso criança perto de mim não passa fome”, diz. Talvez tia Lolô não localize no tempo o dia em que decidiu dedicar sua vida aos outros e, talvez, nem perceba, mas esta história começou há muito mais tempo do que imagina.

Educação ambiental: como desenvolvê-la?

Valores relacionados à natureza são esquecidos em ambientes urbanos

Anelise Frozza
anefrozza@gmail.com

O AUMENTO DOS PROBLEMAS ambientais está fazendo crescer a preocupação e a conscientização da sociedade em relação aos recursos naturais e sua degradação. As escolas surgem como um meio para conscientizar e ensinar sobre educação ambiental; sua eficácia, no entanto, ainda é passível de discussão.

No ambiente das médias e grandes cidades, as populações se vêem cada vez mais envolvidas com novas tecnologias e com novos cenários urbanos, deixando de lado os valores relacionados à natureza e as dificuldades que ela enfrenta. Como forma de solucionar esse problema, a educação ambiental surge com a proposição de atingir todos os cidadãos através de processos pedagógicos participativos e permanentes, procurando inculcar na sociedade uma consciência crítica sobre os problemas do meio ambiente.

A realidade, no entanto, não se mostra tão animadora quanto a teoria possa sugerir. A educação ambiental não chega a todos os indivíduos e não se constitui como uma forma de ensino permanente, porque as maneiras, o tempo e os locais onde ensiná-la ainda estão indefinidos, tanto para quem trabalha com o assunto como para quem aprende e recebe informações sobre o mesmo.

Ainda que a lei que versa sobre educação ambiental (nº 9.795 de 27 de abril de 1999) afirme, dentre seus vários artigos, que essa se trata de um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, os modos de ensino ainda são insuficientes nas escolas e também nas universidades. A inexistência de disciplinas específicas dificulta o aprendizado e

confunde os educadores e as instituições, os quais, muitas vezes, acabam esquecendo de atrelar a questão do meio ambiente a outras disciplinas ou, simplesmente, esquecem de transmitir aos seus alunos informações sobre o tema.

A professora e doutora em Biologia Animal, Alessandra Bueno, dá aulas de educação ambiental no Centro Universitário Metodista (IPA) para o curso de Pedagogia e vê no currículo adotado pela faculdade a possibilidade de uma melhor preparação dos futuros professores. "Deveria-se aprender educação ambiental desde o ensino infantil, da pré-escola até o último ano da faculdade. Isso, de um tempo para cá, vem se tornando mais freqüente, inclusive os currículos dos professores vêm se aprimorando. No curso de Pedagogia, por exemplo, que vai trabalhar com os alunos desde as séries iniciais, a educação ambiental é uma disciplina que é dada no primeiro semestre justamente para preparar os professores a trabalharem a questão da sensibilidade do homem ao interagir com o meio, entender que fazemos parte do meio ambiente".

Nos cursos de Biologia, muitas vezes a educação ambiental é trabalhada juntamente com outras disciplinas, em várias instâncias e não de maneira específica. Essa carência resulta na falta de conscientização dos alunos de graduação, os quais serão, futuramente, professores, e acaba refletindo nas aulas desta disciplina nas escolas, onde pouco se aprende sobre educação ambiental e poucos projetos são postos em prática. Segundo Alessandra, é importante tanto para o bacharel quanto para o licenciado em Biologia uma formação em educação ambiental, porque eles irão trabalhar com alunos e poderão muitas vezes não saber a melhor maneira de ensinar. Para a professora, o maior problema é o despreparo dos educadores, e isso se deve em grande parte ao fato de a proposta ser muito recente. "Talvez agora esteja ocorrendo uma preocupação maior com as séries iniciais, o que é completamente correto, mas deve haver também um esforço para não parar com o ensino e a conscientização

dos problemas ambientais, que deve ser uma coisa constante em todas as séries colegiais".

Como os problemas ambientais são muitos e alguns têm dimensões mundiais, o que inicialmente poderia ser feito em relação ao ensino da educação ambiental nas escolas seria focar, em um primeiro momento, os problemas menores, não menos importantes, porém mais simples de serem resolvidos, como a coleta seletiva de lixo nas próprias escolas e nos condomínios, o desperdício de água ou a manutenção da limpeza das ruas. A partir de uma conscientização relacionada aos problemas locais e, posteriormente, após o entendimento da importância que a educação ambiental possui tanto nas escolas e nos bairros, como no mundo



“Conscientização pode começar pela coleta seletiva do lixo”



Inclusão digital para comunidades carentes

Acesso a computadores com Internet é gratuito em telecentros espalhados pela Capital

Regina Azevedo

azevedoregina@yahoo.com.br

PARA SE CHEGAR À VILA ASA Branca, situada no bairro Sarandi em Porto Alegre, é preciso caminhar um bom trecho após descer do ônibus: os veículos não chegam até ali. Os moradores da vila têm uma história de luta que começou com a ocupação, em 1984, e tem reflexo nas reivindicações feitas, ainda hoje, por infra-estrutura básica, como rede de esgoto. A organização da Associação de Moradores, liderada por Clóvis Welter, é uma lição de que a união de uma comunidade pode operar mudanças e resgatar a cidadania. As conquistas da comunidade são celebradas por todos, como quando um morador consegue regularizar sua moradia com a prefeitura, através de documentação escriturada. Outras vitórias coletivas são a organização de uma biblioteca comunitária e o telecentro.

Clóvis, o líder da comunidade, tem um pequeno armazém e uma casa de material. Quando foi descoberta a possibilidade de abertura de um telecentro, ele não pensou duas vezes: doou parte da própria casa para sediar a iniciativa. "Nós sabíamos que aquela era nossa chance. Se perdêssemos a oportunidade, continuaríamos aqui, esquecidos. Nossa história é de luta e o telecentro foi mais uma vitória", diz.

O conceito de um novo tipo de cidadania, a cidadania digital, alerta para a democratização do livre acesso à informação. A experiência dos telecentros demonstra a capacidade da sociedade se auto-organizar para a gestão de um espaço democrático, onde a educação é uma prioridade e a inclusão-digital é um objetivo.

A organização popular também motivou a comunidade da Vila Farrapos, na Capital, a organizar seu telecentro. O telecentro foi criado por meio de convênio com a prefeitura e conta com a manutenção da PROCEMPA (Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre). Seu objetivo é dar às comunidades carentes o acesso gratuito à Informática. No primeiro ano, o telecentro não realizou cursos. "Percebemos o potencial desse espaço, até porque muitas pessoas queriam usar mas não sabiam como. Decidimos, então, formar turmas pequenas, de dez alunos, e fornecer o curso básico. No mês passado, formamos uma turma de 50 alunos, entre adultos e adolescentes", explica Jaqueline Wommer, secretária do telecentro da ACBERGS (Associação das Creches Benéficas do Rio Grande do Sul). Ela diz, ainda, que a iniciativa mudou a rotina das pessoas. "Alguns conseguiram emprego mandando o currículo do Telecentro; outros conseguiram, através da qualificação, uma melhor colocação no mercado. Basicamente, a nossa idéia é trabalhar a inclusão digital", diz. Além disso, a qualificação profissional gerou um aumento na auto-estima, já que as comunidades beneficiadas se sentem incluídas no processo da Internet. "Alguns voltaram à Escola, pra fazer o EJA, porque se sentiriam motivados", comenta Jaqueline.

Foi decidido o uso de software livre como sistema operacional das máquinas do telecentro. "Nós utilizamos Linux por ser uma tecnologia livre, um software aberto." diz a coordenadora Maristela Cardoso. "Nossa média é de dois mil atendimentos por mês e os monitores são pessoas da própria comunidade", completa. Embora todos tenham recebido muito bem o telecentro, o



Regina Azevedo

Telecentros lutam para se manter, apesar das dificuldades

repasso de verbas da Prefeitura está atrasado há mais de três meses, o que pode prejudicar o desenvolvimento dos centros. "A entidade trabalha bem, presta contas. Por que essa dificuldade?" questiona Maristela.

Em busca da resposta, a 3x4 procurou a Secretaria de Recursos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre. A assessoria de imprensa garante que o secretário Kevin Krieger conseguiu uma boa verba em Brasília para os telecentros e vai implantar novos projetos bem interessantes. Contudo, o repasse das verbas deixou de ser feito há meses, o que chegou a ocasionar a paralisação da equipe do telecentro da Vila Cruzeiro. Cerca de 15 telecentros estão com dificuldades para se manter, enquanto a continuidade do projeto é de extrema importância para a inclusão digital e o resgate da cidadania dessas comunidades. Entre as dúvidas, a triste perspectiva de uma iniciativa louvável como essa ter seus dias contados.

Educando mestres a distância: os desafios da qualificação tardia

Graduação a distância tenta atualizar o currículo de professores do Ensino Fundamental, mas esbarra nas deficiências do sistema público de educação

Amanda Kbal de Souza
amandakbal@msn.com

DESDE QUE A FORMAÇÃO SUPERIOR para professores do Ensino Fundamental tornou-se obrigatória em 1996, as solicitações de autorização ao MEC para novos cursos de licenciatura vêm se multiplicando. Neste contexto, surgem iniciativas de educação a distância visando cobrir a lacuna na formação de professores da rede pública. A corrida é, antes de tudo, contra o tempo; a lei determina o ano de 2007 como o prazo limite para a atualização curricular. Contudo, as dificuldades dos alunos surpreendem e denunciam a falta de preparo dos professores da rede pública de Ensino Fundamental, que carecem de tempo e recursos para frequentar aulas presenciais.

O primeiro curso de graduação a distância da UFRGS, Pedagogia a Distância para Séries Iniciais, foi desenvolvido para atender professores da Região Metropolitana de Porto Alegre. O currículo

aposta no EAD (Ensino à Distância) como uma forma de democratizar a educação sem a necessidade de investir em espaço físico. No caso da federal gaúcha, a estrutura utilizada é das escolas públicas dos municípios conveniados à iniciativa (Alvorada, Gravataí, São

“A formação deficiente, o salário risível e as péssimas condições de trabalho agravam as dificuldades do aprendizado”

Leopoldo, Sapucaia, Três Cachoeiras), chamados de pólos, onde acontecem as atividades presenciais integradoras de cada semestre. Os pólos contam com bibliotecas para consulta e laboratórios de informática conectados à Internet, pois o curso apóia-se na

interatividade: cada estudante, bem como cada disciplina, possui o seu blog. O corpo docente da UFRGS fornece os professores, que, por sua vez, são assistidos por tutores (um presencial a cada pólo e outros a distância, que corrigem as atividades enviadas), responsáveis por esclarecer e facilitar o acesso às informações e outros recursos.

No pólo de Alvorada, a turma conta com 64 estudantes, em sua maioria mulheres com média de 20 anos de experiência em sala de aula. O objetivo é a busca por atualização, “a impressão que eu tinha era de estar ficando para trás, de não conseguir acompanhar o pique de meus alunos. Me sentia desatualizada quando eles perguntavam coisas sobre informática. Não sabia responder”, conta Jurema de Oliveira, 48 anos. Até o início das aulas, a professora que forma crianças há três décadas desconhecia por completo pensadores como Max Weber, Paulo Freire e Karl Marx. “O curso está no começo e ainda não senti o efeito prático em sala de aula, além de ser difícil de dar conta de tudo. Mas já valeu a pena por ter conhecido Marx; são os mais difíceis mas melhores textos que já li”.

No entanto, as dificuldades não se restringem à complexidade das leituras obrigatórias. A falta de familiaridade com a informática faz do envio e realização das atividades uma barreira diária. Assim, os encontros presenciais

servem quase que exclusivamente para contextualizar a turma no universo informatizado. Além disso, a rotina exaustiva de trabalho dos alunos atrapalha o prosseguimento do curso. De acordo com Vanessa Sozo da Costa, tutora presencial em Alvorada, os estudantes reclamam da quantidade e extensão dos textos recomendados. “Temos que ser tolerantes com os prazos de entrega das atividades, visto que eles não têm tempo.” conta.

Já Maria Marta Dalpiaz, mestre em Pedagogia e uma das tutoras, ressalta a importância do curso como um projeto piloto para democratizar o Ensino Superior. “É preciso contemplar a todos com educação. Reconheço as dificuldades, a tecnologia empregada no curso não condiz com o nível de instrução dos alunos, daí a importância dos encontros presenciais. Mas é preciso aprender a lidar com isso, pois o EAD é a melhor forma de atingir um grande público utilizando estrutura e recursos já existentes.”

A realidade é que grande parte dos problemas encontra-se ao lado da demanda. Professores da rede pública de Ensino Fundamental não encontram motivação em virtude da miríade de entraves profissionais e pessoais. A formação deficiente, o salário risível e as péssimas condições de trabalho agravam a dificuldade de aplicar as poucas horas livres no estudo a distância. Ainda assim, Maria Marta mostra-se otimista. “Acredito no projeto, assim como tenho consciência de que ainda precisamos aprimorá-lo, buscando estratégias para que a distância e a Internet não sejam barreiras e aproximando-os do conhecimento para que continuem educando e lançando as bases de uma sociedade politizada desde as séries iniciais. No Brasil, ainda estamos longe de fazer do ensino a distância uma solução efetiva, mas já é uma opção viável”, completa.



Graduandos em EAD participam de uma das aulas presenciais do semestre, necessárias à avaliação das atividades correntes

Amanda Kbal de Souza

A universidade brasileira sob olhares estrangeiros

O que pensam os alunos da UFRGS que vieram de outros países para enfrentar as peculiaridades do sistema universitário brasileiro

Marina Azaredo
marinazaredo@yahoo.com.br

EM UMA ENSOLARADA E QUEN te tarde de sábado, eles estavam lá – deixando-me surpresa diante de tamanha disposição em falar sobre um tema que eu imaginava não os interessaria tanto: a universidade brasileira.

Engano meu. Os sete estudantes estrangeiros que estiveram na Rádio da UFRGS naquele sábado tinham muito a dizer e, principalmente, muitas críticas a fazer. À falta de interesse dos estudantes brasileiros, à falta de respeito com os professores, à dificuldade de ingressar na universidade pública, à pouca receptividade dos gaúchos, ao preconceito em relação a outras culturas e à ausência de movimentos sociais na universidade. Há também elogios, principalmente para a infraestrutura da UFRGS. O RU e as bibliotecas são considerados o grande trunfo da universidade que os acolheu, seja em programas de intercâmbio ou de convênios com instituições de outros países. O certo é que a nenhum deles falta senso crítico e uma língua bastante afiada.

Os personagens desta entrevista são: Bela Henriques, natural de São Tomé e Príncipe, 26 anos, estudante de co-

municação social; Fabiola Vilte, da Argentina, 26, estudante de Letras; Nora Carabajal, argentina, 22, estudante de ciências econômicas; Sandra León, também argentina, 25, estudante de comunicação social; Harly Naupay, do Peru, 21, estudante de administração de empresas; Diego Schmeda, paraguaio, 25, estudante de engenharia mecânica; e Marie-Eve Beaupré, natural do Canadá, 23, estudante de comunicação e ciências sociais.

TRÊSPOR4: Quais eram as expectativas de vocês em relação à universidade brasileira? O que percebem de diferente e de semelhante em relação aos seus países de origem?

Diego – A principal diferença das universidades daqui e do Paraguai é a parte prática. O Paraguai se focaliza muito mais na teoria. Aqui se valoriza um pouco mais a parte prática. Ou seja, tem muito mais aulas de laboratório, tem mais saídas de campo, tem estágios obrigatórios, tem mais integração entre faculdade e empresa, o que ajuda, porque na vida a gente não acha problemas teóricos para resolver, mas sim problemas práticos.

Nora – Eu concordo, porque na Argentina o meu curso também é muito teórico e temos que estudar muito

mais. Aqui é mais específico. Estudamos somente o que vamos ver na prática. Então acho que os conhecimentos são melhor aprendidos aqui.

Diego – Eu acho que é porque aqui o mercado é tão grande que o profissional pode se dedicar a fazer uma coisa especificamente, o que no Paraguai é mais difícil. A faculdade lá abrange mais coisas porque acho que o profissional tem que se virar melhor. Não sei se isso é uma vantagem, mas é um diferencial. Às vezes, dependendo do trabalho, é bom ter mais conhecimento.

TRÊSPOR4: Como é o interesse dos estudantes daqui em relação aos estudos? Existe diferença em relação aos colegas nos países de vocês, eles levam mais a sério?

Harly – Os estudantes não demonstram mais tanto interesse. Faz pouco tempo, eu briguei com uma colega porque eu ia a todas às aulas e ela foi uma semana, sumiu e voltou no fim do semestre. Ela tirou A, e eu tirei B. Fiquei revoltada e fui falar com ela. Disse que era impossível, porque eu faço todos os trabalhos, eu me dedico por inteiro, porque o meu objetivo é estudar. Perguntei o que ela tinha feito e ela me respondeu que tinha dado um “jeitinho”. E perguntou se eu não conhecia o “jeitinho brasileiro”. Aí me lembrei de tudo o que eu tinha lido sobre isso.

Diego – Eu acho que esse problema da falta de interesse se deve à falta de maturidade. Eu vejo que o pessoal entra na faculdade muito novo, sem estar preparado para assumir novos desafios.

Marie – Para mim, é o contrário. Nas Ciências Sociais, eu achei muito bom que tem muitos profissionais que voltam para a faculdade. Então, tem muitas pessoas mais velhas. Eles voltam querendo realmente aprender.

Harly – Uma coisa que me surpreendeu é que no Brasil há pessoas que são muito inteligentes e não têm condições de pagar um cursinho. Conseqüentemente não conseguem entrar na universidade.

Fabiola – Na Argentina, o direito irrestrito ao ensino superior é muito valorizado. É muito valorizado que uma pessoa sem recursos econômicos possa ingressar na universidade, porque senão só pessoas que têm dinheiro irão estudar, e a diferença social continuará enorme.

Diego – Eu acho que o problema de ingresso na faculdade não é questão de dinheiro. É a política de educação do governo. Porque se o ingresso na universidade federal exige muito mais do que o colégio público ensina, há um problema.

Fabiola – Acho que a solução é melhorar o ensino básico, inclusive em relação ao salário dos professores, que são muito mal pagos.

TRÊSPOR4: Esse é um problema latino-americano. Como é a situação no Canadá e em São Tomé e Príncipe?

Bela – São Tomé é um caso meio atípico, porque está no continente africano, mas não sofre tanto a realidade da África Central. A escola pública lá é boa. Não tem as melhores condições, não tem internet, não tem computador, mas, pelo menos, tem a escola, tem a estrutura física. Os professores são mal pagos, mas acho que isso é igual no mundo todo. São Tomé não tem universidade. Todo mundo estuda fora. Tem bolsas do próprio governo ou de instituições privadas. Mas acho que os problemas sociais são



Fabiola: “solução é melhorar o ensino básico”

Fernando Mallmann

iguais. Em menor escala, porém. Não é uma questão de oprimidos e dominados, como aqui. Eu vejo uma separação muito maior no Brasil. Por exemplo, os filhos de empregadas vivem em um mundo bem diferente dos filhos dos patrões. Lá há uma familiaridade - acho que essa é a palavra - entre todo mundo. Eu estudei com filhos de pessoas importantes e com filhos das classes menos favorecidas na escola pública.

Marie - No Canadá, também há colégios privados e públicos. Normalmente os colégios privados têm mais recursos e oferecem melhores condições para os alunos. Todas as faculdades são oficialmente públicas, mas o preço varia um pouco. Se paga, mas é relativamente acessível para a maioria das pessoas. Se os pais do estudante não têm dinheiro para pagar a faculdade, o governo empresta. A maioria dos estudantes têm que trabalhar estudando, mas isso é mais ou menos fácil. Tem bastante mercado para os

trabalhos estudantis. Acho que, para os recursos que temos lá, o preço da faculdade é relativamente correto. Acho que não há muitas pessoas que não têm dinheiro para fazer uma faculdade. Deve ter, mas minimamente, porque há várias possibilidades de conseguir recursos.

TRÊSPOR4: E a relação com os colegas e professores?

Fabiola - A minha universidade na Argentina é muito burocrática. Aqui também, mas a relação com o professor é diferente. Aqui é muito mais legal, muito mais informal. Na minha faculdade, o docente é como uma pessoa que sabe muito, com quem não se pode falar a qualquer hora.

Diego - Chamar o professor pelo primeiro nome, nem pensar!

Nora - Mas a relação com os colegas é melhor na Argentina.

Por quê?

Nora - Achamos que as pessoas lá são mais legais.

Diego - É que, quando tu moras fora, é muito mais fácil tu te relacionares com as pessoas do teu país. Por isso, acabamos achando que as pessoas são mais legais lá.

Fabiola - Acho que é um problema da diferença de línguas também. O que eu vejo na faculdade é que o Brasil sempre se sente de fora da América Latina pela questão da língua, e não pela cultura.

TRÊSPOR4: O modo de pensar também é diferente?

Diego - Sim, e por isso nos sentimos excluídos. Faz quatro anos e meio que eu moro aqui e cada vez que eu vou para casa é um alívio, porque eu entendo as pessoas de lá, e as pessoas me entendem. Acho que os latinos que falam espanhol são mais hospitaleiros, gostam mais de receber pessoas de outros lugares.

Bela - Mas eu acho que isso é assim mais aqui no Sul. Eu estive no Rio e em São Paulo e achei as pessoas bem mais abertas e bem mais simpáticas. Aqui no Sul, o brasileiro é bem oito ou 80. Os brasileiros me lembram muito os americanos, porque se sentem muito inferiores ou muito superiores de todo mundo. E tem uma coisa que não são preconceitos, mas sim pré-conceitos - separado - de tudo e de todos. Acham que na África é todo mundo pobre, que ninguém tem uma vida normal. É como se a vida tivesse começado em Miami e acabado em Roma.

Diego - Acho que é uma idéia formada que a TV e os meios de comunicação em geral apresentam.

Bela - Sim, os meios de comunicação brasileiros são extremamente tendenciosos e estimulam a ignorância das pessoas. Eles pegam as características pitorescas. É como se um repórter estrangeiro viesse fazer uma reportagem sobre o Brasil e só fosse à Rocinha, ao Pantanal e à Amazônia.

Marie - Eu sou do hemisfério norte. Então, para mim, é tudo ao contrário. Eu tenho a impressão que todo mundo vem falar comigo. Todos parecem muito simpáticos.

Bela - Tem uma coisa entre os brasileiros que eu noto muito na própria universidade, quando todos nós vamos às reuniões com o reitor. Alguém já percebeu que ele se delicia com a presença dos estudantes dos Estados Unidos e da Europa, e sempre fala alguma coisa como "e nós recebemos tão generosamente os estudantes da África e da América Latina". É todo pomposo ao se referir aos países desenvolvidos. É como se alunos desses países dessem credibilidade à instituição, e como se fosse uma atitude simpática receber alunos latino-americanos e africanos. É como se estivessem fazendo uma boa ação. Acho que isso também pode se transferir um pouco para os alunos. Os brasileiros têm muitas visões estranhas na cabeça deles sobre os outros. E eu não sei se é porque é um povo que viaja pouco ou se é uma cultura fechada mesmo.

Diego - Mas vocês já pararam para pensar que visão têm das pessoas que vêm do Qatar? Vocês conhecem alguém da Guiana? Vocês têm idéia de como é alguém do Suriname? Vocês não têm algumas idéias formadas a respeito dessas pessoas? Eu, quando vim para cá, tinha. Mas mudei a minha forma de pensar. Brasil era samba, mulher pelada e por aí vai. Mas em quase cinco anos eu nunca vi isso!!

Marie: "faltam movimentos sociais"



Fernando Mallmann



Fernando Mallmann

Diego: "onde estão as mulheres peladas sambando?"

TRÊSPOR4: Voltando ao tema da educação, o que tem de bom e o que tem de ruim na universidade brasileira? O que poderia ser trazido para cá dos países de vocês?

Harly - Uma grande vantagem do Brasil é que aqui há universidades federais, estaduais e cursos técnicos gratuitos. Então, o Estado oferece as oportunidades para as pessoas. Não aproveita quem não quer. Eu sei que por trás tem fatores econômicos e sociais, mas temos que sempre lutar para buscar coisas melhores. Outra coisa boa é a infra-estrutura. Na Escola de Administração, temos os melhores computadores, uma biblioteca muito boa e até um sistema de segurança para evitar assaltos. Acho que o governo nos dá as ferramentas. Basta saber aproveitá-las.

Fabiola - A questão da infra-estrutura é muito boa na UFRGS, muito melhor do que na minha universidade. Desde o RU até o sistema de bibliotecas.

Marie - Não sei o que seria o equivalente disso em Québec, mas fiquei surpresa com a existência da extensão, o salão de extensão, os projetos de envolvimento com a comunidade. Para quem quer colocar em prática os seus estudos, é muito bom. O RU eu também acho uma maravilha. Bravo RU!

Harly - Eu também acho maravilhoso o RU. É impressionante que eu possa pegar uma bandeja, me servir, comer e ir embora. Eu não faço nada! É uma grande facilidade.

Diego - O que eu acho muito bom aqui é que tem professores que se

dedicam exclusivamente à universidade. Um ponto que pode melhorar é o respeito, se é que pode ser dito assim. Eu gosto de chamar os professores pelo nome, mas acho que o pessoal perde um pouco a noção de limite. Para mim, isso é muito chocante. Do ponto de vista da infra-estrutura, não vejo muitas vantagens. A Universidade de Asunción tem uma estrutura razoavelmente melhor. Mas os recursos humanos disponíveis aqui são muito bons. Esse é o ponto forte das universidades federais, que fazem muita pesquisa. Um dos pontos negativos é a falta de interesse dos alunos. Principalmente, na universidade pública, em que, de certa forma, somos pagos para estudar.

Nora - A UFRGS me dá a possibilidade de pensar em um futuro com uma pós-graduação e talvez um mestrado. Na Argentina, ainda não temos essa possibilidade, porque são muito caros.

Marie - Eu sinto falta de uma coisa aqui. No Canadá, a universidade, além de ser uma instituição de educação, é um lugar onde se pode encontrar todos os movimentos sociais, toda a vanguarda. Sinto falta de associações estudantis, de cooperativas estudantis, de engajamento mesmo, de colocar em prática o que falamos nas aulas. Acho ruim a questão do material, de

computadores principalmente. Eu trouxe o meu computador, e não sei como faria os meus trabalhos se não o tivesse trazido. Parece meio complicado. Tem uns laboratórios, mas alguns computadores não têm entrada USB. Outros não têm internet. Outros não têm editor de texto.

Diego - Ok, tu vieste do Canadá. Eu acho o acesso a computadores aqui fantástico!

Sandra - Eu concordo com a Marie sobre os movimentos sociais. Na minha universidade [na Argentina], se vê muito mais coisas desse tipo, os estudantes se relacionam mais com a sociedade. Na faculdade de comunicação, fazemos revistas nos bairros, rádios comunitárias.

Fabiola - É verdade. Lá os alunos tomam as iniciativas. As pessoas vão e fazem. São mais politizadas.

TRÊSPOR4: O que essa experiência numa universidade brasileira muda na vida de vocês?

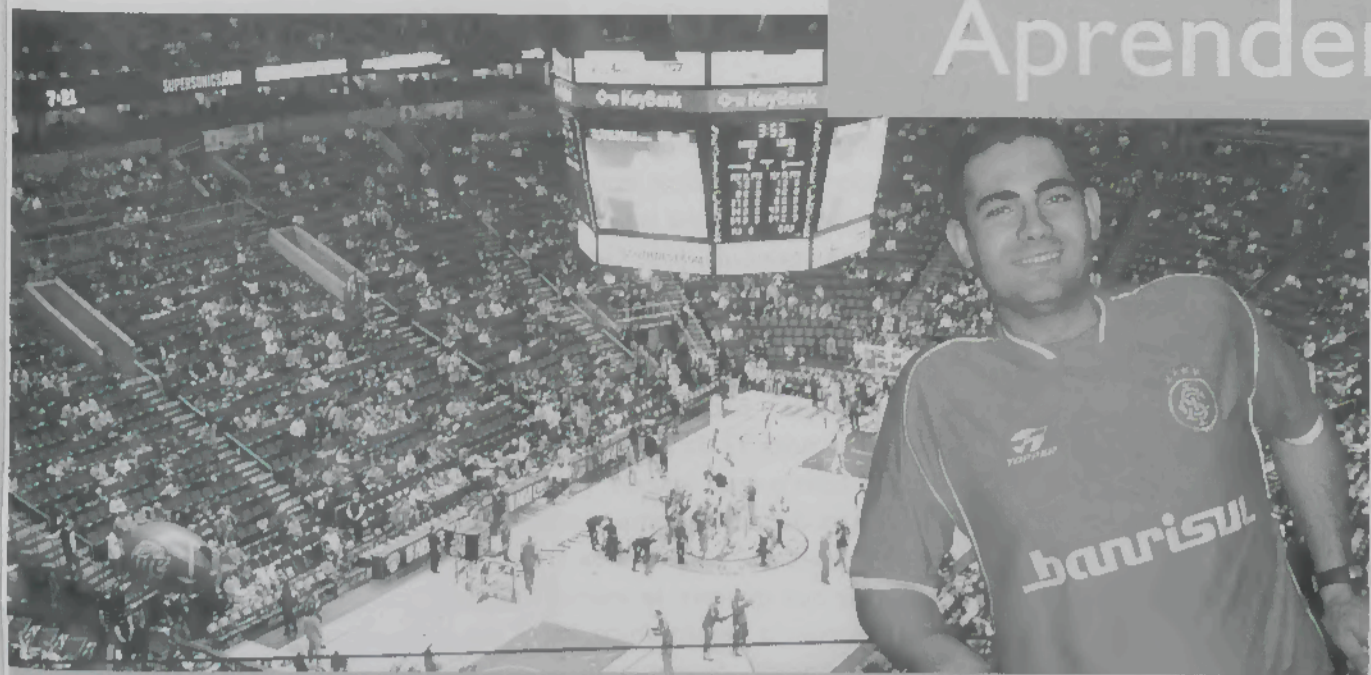
Diego - Tudo. Não seremos a mesma pessoa quando formos embora. Conhecemos novas pessoas, novas formas de pensar, surgiram novas preocupações, aprendemos coisas novas, nos tornamos profissionais melhores.

Marie - Relativiza tudo aquilo em que acreditávamos antes. É um questionamento interno constante. No período de adaptação, tudo o que tínhamos cai. E temos que construir de novo, com a ajuda de cada pessoa que conhecemos.

Fernando Mallmann



Nora: "argentinos são mais legais"



Claudinei no jogo entre Sonics e Lakers em Seattle, pela NBA

Dionei Valler
dioneivaller@yahoo.com.br

TODOS OS ANOS, BRASILEIROS deixam o país para aprender no exterior. Jovens de várias idades, principalmente entre 18 e 25 anos, partem para países longínquos como a Nova Zelândia, desconhecidos como as ilhas européias que formam Malta, ou até com o clima radicalmente oposto ao encontrado nos trópicos, como o Canadá. Todos buscam o desafio de encarar uma cultura diferente para tirar desta experiência lições que possam ajudar na carreira e na vida pessoal. O aprendizado de uma nova língua, na maioria das vezes o inglês, torna-se a motivação para um processo de aprendizagem ainda mais amplo.

Para Beto Conte, diretor da franquia gaúcha de uma das mais atuantes empresas de intercâmbio estudantil do Brasil, a escolha do país de destino segue basicamente as características pessoais do interessado. Identificação e ligação cultural são as principais responsáveis por escolhas como EUA e Inglaterra, já para quem pretende dar continuidade a um *hobby* ou desenvolver outro, países com características naturais ainda selvagens, como a Austrália e Nova Zelândia, são os mais indicados. "Conversar com orientadores de viagens e amigos que conhecem o país. Assistir filmes, ler livros e conhecer a música local ajuda na adaptação. Mas o mais importante é ser flexível, observador e querer aprender com as diferenças.", diz Conte, que já percorreu 105 países nos cinco continentes e pretende visitar a Irlanda em breve.

Claudinei Junior, estudante do quarto semestre de Administração da FURG de Rio Grande, tinha 26 anos quando viajou para *Big Sky*, no interior do Estado de Montana, EUA. A cidade de 1.600 habitantes chegava a dez mil nos finais de semana graças aos turistas que visitavam as estações de esqui da região. Lá, trabalhou durante cinco meses como *house keeper* (responsável pela limpeza e organização dos quartos) de um *resort*. "Como a equipe do hotel era majoritariamente feminina, eu acabei me transformando num faz tudo do hotel, carregava malas, arrumava lâmpadas queimadas, fazia o trabalho masculino", conta Claudinei a respeito de sua estadia na pequena cidade americana.

A experiência de morar longe de casa não foi inédita para Claudinei, que já tinha prática em viver sozinho desde os tempos de serviço militar, e que agora pretende aplicar o que aprendeu lá fora na sua carreira como administrador. Porém, nem todos os brasileiros que se aventuram no exterior adaptam-se ao novo país com a mesma facilidade que ele. "Uma menina de Poços de Caldas ficou um pouco apavorada. No início, eles (os colegas brasileiros) ficavam assustados com o trabalho, depois se acostumavam, mas logo já estavam cansados e com saudades do conforto de casa. Alguns diziam sentir falta da empregada, que fazia a comida e limpava as roupas", diz Claudinei,

"Nos EUA não tem muita diferença entre ser pedreiro e doutor"

Atraídos pela oferta de aprender com as diferenças culturais, muitos jovens decidem fazer a lição fora de casa

e adiciona: "aparentemente, o comportamento de alguns mudou. Quando passei dez dias no Havá com alguns amigos, juntávamos as roupas no chão do quarto. Depois de trabalhar no hotel e ver a bagunça que alguns hóspedes faziam, aprendemos a lição, e acho que seria mais difícil mudar meu comportamento se não tivesse saído do Brasil".

O aprendizado do novo idioma acabou em segundo plano, e Claudinei, que chegou a morar com até oito brasileiros no mesmo apartamento, não voltou fluente em inglês. Agora, pretende voltar para mais uma temporada em outro *resort* americano em dezembro de 2006. "Nos EUA não tem muita diferença entre ser pedreiro e doutor", afirma Claudinei, "Lá, um doutor ganha 20 dólares por hora, enquanto um bom pedreiro pode fazer até 15 dólares, e se ele for especializado em alguma coisa, ganha até 30. Quando eu trabalhava no hotel, no final do expediente, às vezes eu colocava um calção e ia para a piscina do hotel, não tinha vergonha de trabalhar como *house keeper*. Os americanos não sentem tanta necessidade de fazer uma faculdade. Acho que isso é próprio da cultura deles.", completa.

Notas

Burrice e Paulo Freire

A burrice da Ditadura Militar relegou o Método de Alfabetização de Paulo Freire à categoria de obra da “esquerda comunista, stalinista e nazista”. Freire, em 1964, não conseguiu, junto com Jango Goulart, implementar sua forma libertária de ensinar adultos a ler, mas sua abordagem da educação como forma de propagar o conhecimento e a ética tornou-o famoso. E o exílio de 16 anos fez a sua prática prosperar nos cinco continentes. Da Guiné Bissau aos Estados Unidos, seu nome batiza escolas e instituições acadêmicas.

Entre os últimos

Em 1980, Paulo Freire foi um dos últimos anistiados a voltar ao Brasil. O governo do presidente Emílio Médici impôs dificuldades para liberar seu passaporte, apesar dos pedidos que Freire fez durante o exílio. Na volta, foi recebido como herói, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e chegou a ser cotado como ministro da educação. Foi secretário da prefeitura de São Paulo na administração de Luíza Erundina (PT), sofreu uma cruzada de incompreensão da imprensa paulista (Estadão principalmente) e da Revista Veja e morreu com fama maior no Exterior do que no Brasil. Seu nome batiza 303 escolas pelo país e ele recebeu 34 títulos de Doutor *Honoris Causa* pelo mundo.

E as públicas?

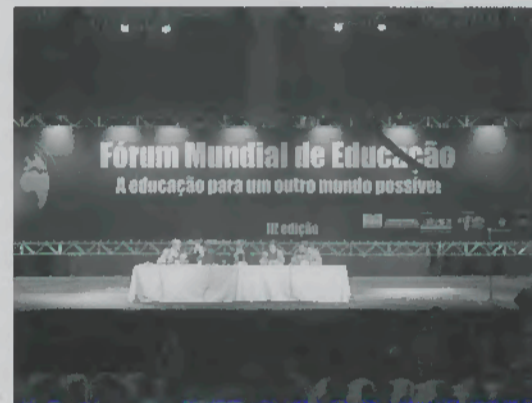
Ora, para frear o crescimento da privatização do ensino universitário no Brasil, é preciso abrir vagas em universidades públicas e novas instituições que não cobrem mensalidades de seus alunos. Os especialistas entrevistados nesta edição da TRÊS POR 4 têm um entendimento uníssono: a educação é sim um meio pelo qual as desigualdades e a exclusão devem ser combatidas. Seria uma variação interessante na pobre criatividade dos governos brasileiros em termos de incentivo a políticas públicas comprometidas com o tema.

No ensino médio...

Se, por um lado, as universidades criam dificuldades financeiras para que as classes sociais mais baixas ocupem vagas no terceiro grau, há números que comprovam um crescimento interessante em relação à presença de alunos pobres no ensino médio. Em 15 anos, este número dobrou. “As matrículas do ensino médio na década de 1990 mais do que dobraram e isso ocorreu pela expressiva expansão da oferta na rede pública estadual. A camada da população beneficiada por essa expansão é oriunda das classes populares”, diz Nalu Farenzena. Segundo ela, os números mostram que o povo, apesar de não citar a educação entre as principais prioridades em estudos divulgados recentemente, dá valor a ela quando incentivado minimamente.

PT e decepção

Os escândalos envolvendo o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores certamente entristeceriam Paulo Freire. Ele participou ativamente da campanha pelas Diretas em 1984, é um dos fundadores do PT, junto com Lula, José Genuíno e Olívio Dutra, entre outros, e disse que não se filiaria em outro partido ao longo de sua vida. Freire morreu antes que pudesse ter notícias dos escândalos, mas sua mulher, Ana Maria Araújo Freire, autora da biografia “Paulo Freire: uma história de vida”, não deixou passar em branco sua decepção. Ela escreveu na nota 32 da página 576 o seguinte: “Tentando entender esta realidade com o meu marido, percebo que o que está determinando esta postura de vários componentes do PT vem sendo, inadmissivelmente, uma corrida ambiciosa e incontrolada que ofusca e miopiza os que querem se manter no poder fazendo concessões insensatas com o desejo único de ‘tendo chegado lá, ficar lá de qualquer maneira’, desvirtuando e aniquilando assim a ética da Vida e o sonho possível de justiça social”.



Ensino privado

Ainda que o Governo Federal lance programas de incentivo à formação superior, como o PROUNI, as vagas para quem sonha em concluir um curso na universidade estão cada vez mais concentradas na iniciativa privada. “A tendência, no ensino superior brasileiro tem sido a de privatização. Atualmente, mais de 70% das matrículas deste nível da educação são de instituições particulares”, diz a especialista em políticas e gestão em processos educacionais da UFRGS, Nalu Farenzena. Segundo ela, houve dois momentos de forte expansão nas vagas em universidades pagas na História do Brasil. “Durante o Regime Militar, com apoio financeiro dos cofres públicos, e no Governo FHC, pelas facilidades advindas da falta de regulamentação da educação superior privada e pela demanda gerada pelo crescimento do ensino médio. Pelo que tenho acompanhado, a expansão do ensino privado superior está chegando ao limite”, acrescenta. O que fazer?

Ainda mais oferta

“A oferta pública pode não estar contemplando as condições ideais para que essa população aceda à escola média e nela permaneça. Quer dizer, há necessidade de mais oferta de vagas no diurno, de oferta em determinadas regiões e bairros, de oferta de programas gratuitos de transporte, merenda e material didático”, adverte Nalu Farenzena. “A educação não funciona simplesmente pela construção de escolas. É preciso facilitar o acesso e a permanência dos estudantes a elas, principalmente em regiões onde o acesso é mais complicado.”



Negros nos campi

Filho de assessor de vereador e de aposentada, Alexandre Ricciardi, 23 anos, é a prova viva do esforço que as famílias negras fazem para ver seus filhos com um diploma universitário na mão. Alexandre é estudante de jornalismo da Faculdade IPA Methodista e diz que sua vontade é trabalhar em rádio ou televisão e poder produzir reportagens ou programas sobre música. Chegou a cursar administração de empresas, fez estágio no departamento administrativo da TVE, mas a aversão à matemática levou-o ao jornalismo. Estudante negro, ele também faz parte do contingente que começa a circular pelos campi. Apesar do crescimento da diversidade, maior em escolas privadas do que públicas, ele acredita que os negros ainda são poucos no ambiente das universidades. "Na minha turma, somos quatro negros. Acredito que haja em torno de 10% estudando no IPA. Pelo menos no horário da noite parece ter menos", conta.

Mais integração

É verdade que a FABICO está num ritmo de obras que a colocam num patamar de qualidade sonogada nos últimos 30 anos. Se temos estúdio de televisão decente e estúdio de rádio de mesmo nível, ainda convivemos com uma distorção no que se refere à aproximação com outros cursos da UFRGS. A FABICO vive num isolamento absurdo que só atrapalha a formação política e ética de seus estudantes. Não há incentivo para que possamos estreitar relações com alunos de outros cursos, como das Ciências Sociais, Relações Internacionais etc. E quando há eventos multidisciplinares, os professores não comparecem. Por que isto acontece? Em parte porque estudamos num campus distante dos demais. Ora, jornalismo tem mais diálogo com a educação e a antropologia do que com a saúde. Por isso, chegamos aos últimos semestres do curso com dificuldades de elaborar uma monografia, ou, mais grave ainda, sem ter idéia de como se faz um trabalho desta natureza. Qual é mesmo o livro teórico da moda entre os estudantes de sociologia? Alguém sabe, na FABICO, dizer qual livro de pesquisa participante os antropólogos do futuro têm lido? Deve-se dizer aos professores (as exceções são raras) que podem participar mais ativamente do processo de integração. Afinal, os alunos têm feito sua parte nas eleições para os diretórios ou comparecendo em reuniões acadêmicas ou festas de integração.

Primeira contribuição

Para não passar em brancas nuvens, o 3por4 reproduz uma fala de João Pedro Stédile e outra do jornalista Marco Aurélio Weissheimer a título de contribuição com os mestres faltosos. "A Bung, a Dreyfus, a Monsanto e a Cargil são as maiores exportadoras de soja do mundo. Não é o Brasil o maior exportador, mas quatro multinacionais. A Aracruz determina o preço internacional porque detém o monopólio da celulose. A ação é padronizar a produção de alimentos para produzir em escala e obter lucros. Por exemplo, até o ano de 1500, a humanidade consumiu uma variedade de 300 vegetais. Em 400 anos de capitalismo comercial, se reduziu para 67 fontes de alimentos. Hoje, são cinco. Oitenta por cento da população mundial come arroz, feijão, soja, trigo e milho", disse Stédile.

Segunda contribuição

O jornalista Marco Aurélio Weissheimer explicou que as teses acadêmicas dos formandos em jornalismo precisam superar tão somente a análise de conteúdos. "Já sabemos que as empresas de comunicação de grande porte manipulam a informação, deformam a realidade, enfim, visam apenas o lucro e não a formação de consciências críticas. Temos que começar a descobrir de onde vem o capital que financia essas empresas. Afinal, qual é a composição do capital acionário da RBS? Quem controla? Por que um ex-ministro (Pedro Parente) do governo FHC é um dos gestores da RBS? Não deve ser por causa de suas intenções nobres, mas certamente pelo dinheiro e pelo poder que ele representa. Manipular eles sempre manipularam e vão continuar manipulando", explicou Weissheimer.

E os professores?

Um exemplo do descaso docente em relação a encontros multidisciplinares ocorreu em 6 de novembro deste ano na FABICO. No auditório lotado, foi reunida por quase três horas a nata daqueles que resistem aos desmandos e abusos da grande imprensa gaúcha, mais especificamente as empresas ligadas à RBS, no seminário "Deserto Verde, imprensa marrom". A mesa, mediada pelo colega Rodolfo, do Dacom, teve a presença do líder do MST, João Pedro Stédile, do Movimento das Mulheres Camponesas, Vanderléia Daron e do jornalista da Agência Carta Maior, Marco Aurélio Weissheimer. Registre-se a ausência dos professores. Não se sabe ao certo se algum mestre chegou a dar uma olhada no interior do auditório, mas o fato é que não se viu nenhum professor participando ativamente do debate. O que significa isto? Ou o MST não é vítima de banditização pela mídia ou é um movimento que não tem nenhuma importância histórica. Se forem esses os casos, estamos diante de um caso de miopia de repórter.

Educação que liberta

Professores da FASE trabalham para que a instituição prepare o jovem para a liberdade, em vez de se transformar em presídio para menores.

Matheus Pessel
silverpessel@botmail.com

UTI DA EDUCAÇÃO. É ASSIM que Jane Aline Kühn define a instituição presidida por ela, a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul. Assim como nas Unidades de Tratamento Intensivo dos hospitais, os jovens da Fase são aqueles que necessitam de cuidados especiais. A FASE é o órgão responsável por executar as medidas aplicadas pela Justiça aos menores de idade, sucessora da antiga FEBEM.

É nessa escola, com muros altos e portões de ferro, onde as salas de aula possuem grades e trancas, que se encontra a última esperança de uma mudança de vida para muitos jovens. De acordo com Jane, professora com mais de 30 anos de experiência, é esta mudança o verdadeiro objetivo pedagógico da FASE: auxiliar os adolescentes que eram considerados infratores a buscar uma nova vida, melhor que a anterior, que lhes fez parar nessa escola-prisão.

Os próprios professores encaram, logo no início, o medo de ficar dentro da sala com no máximo oito alunos e um monitor do outro lado da grade. Paula Costa, professora de Língua Estrangeira da Escola Estadual Senador Pasqualini, responsável pelos internos da Unidade Padre Cacique, fala sobre sua primeira semana na escola, segundo ela o pior momento que viveu dentro da FASE: "Cheguei na sexta-feira pensando em não voltar na segunda, mas ponderei: 'Não, vou tentar mais uma semana', e decidi ficar".

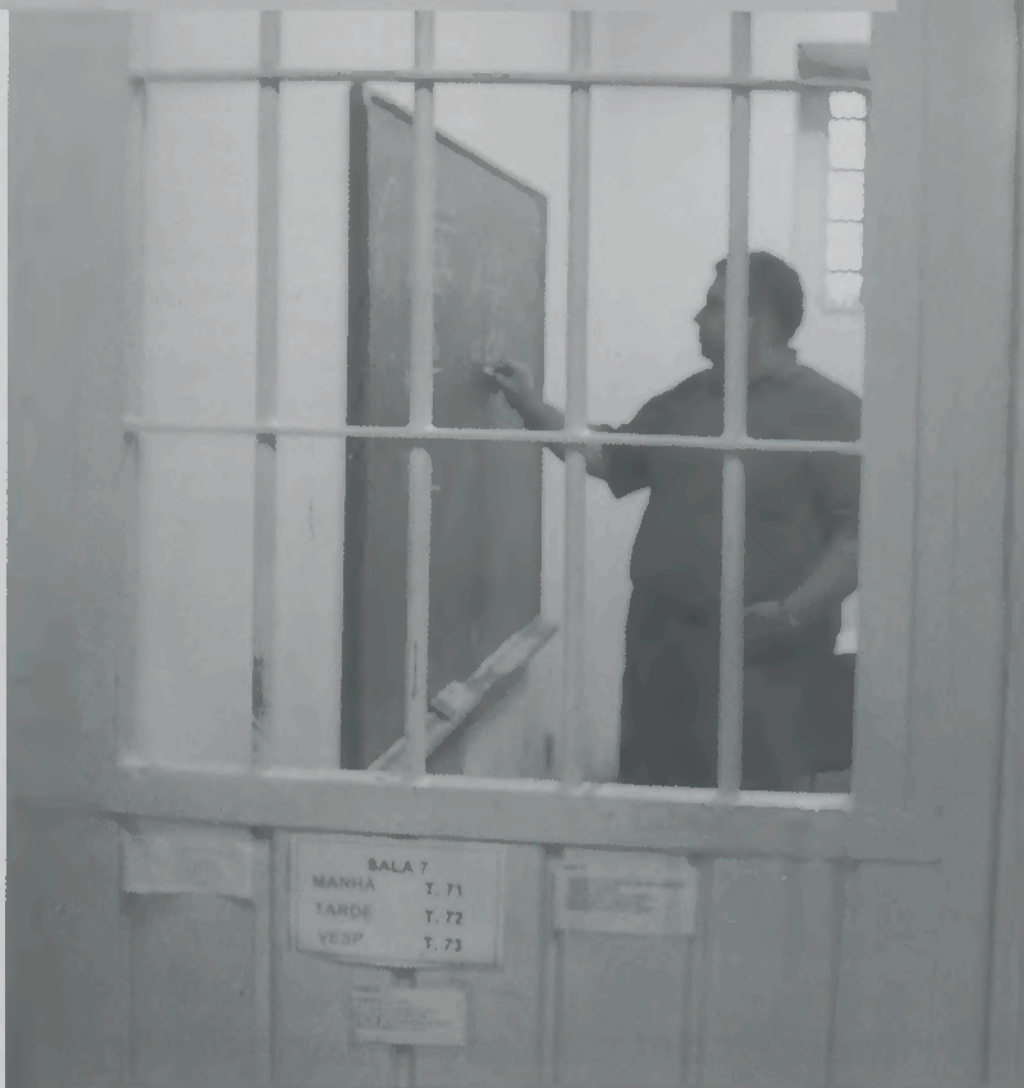
Contudo, os pedagogos estão tentando resolver esse problema, fazer a instituição perder o caráter de prisão e perdurar o caráter educativo. A primeira medida, simples, não percebida à primeira vista, é manter essas grades abertas, estabelecendo uma relação mais humana, não como se fosse entre um preso e seu carcereiro, mas entre mestre e aluno.

"Nós conversamos muito, o que às vezes é mais importante que o conteúdo pedagógico em si. Acabamos conquistando uma relação de confiança e respeito muito grande, mas tudo com limites", afirma Zoé Marcantoni, vice-diretora da escola e coordenadora pedagógica. Apesar da aparente falta de ligação entre punição e reintegração, Jane Aline Kühn afirma que ambas podem e devem conviver no mesmo meio. A punição é necessária para esclarecer os limites para o infrator, mas é inútil sem outras medidas pedagógicas, de capacitação, de educação e até terapêuticas.

Um dos maiores problemas enfrentados é que a maioria dos internos tem ou teve problema com drogas. Por isso a importância de medidas terapêuticas. Até mesmo o tempo de duração das aulas é pensado para a recuperação dos jovens: elas não ultrapassam uma hora e meia. Mais tempo poderia gerar um grande desconforto para aqueles que estão deixando o vício.

A terapia pode vir de medidas simples. Na unidade de Uruguaiana, os jovens aprendem tapeçaria e cuidam de um pomar. Em Porto Alegre, recebem aulas de artesanato, aprendendo a fabricar objetos como velas e cestas. Na unidade Padre Cacique, é feito um trabalho através do qual os participantes expõem em cartazes suas experiências e conceitos sobre as relações com as drogas.

Contudo, sem capacitação profissional, a reintegração se torna um problema. Existem diversas oficinas para sanar a dificuldade. Informática já é comum nas unidades, somando-se a outras aulas profissionalizantes. A monitora Rosana Fatturi tentou durante oito anos colocar em prática um projeto que só foi aprovado há pouco mais de um ano e meio, uma oficina



Matheus Pessel

de manufatura de produtos de limpeza. Os resultados dessas atividades são vendidos em feiras, como no Brique da Redenção, ou para os funcionários da FASE. Os lucros são revertidos para os próprios jovens, que costumam ficar com uma parte e mandar o resto para a família.

A punição é necessária para esclarecer os limites para o infrator, mas é inútil sem outras medidas pedagógicas, de capacitação, de educação e até terapêuticas

As oficinas são ministradas pelos próprios monitores da FASE, assim como Rosana, que começou o projeto por achar que simplesmente monitorar era muito pouco. Diferente do sistema utilizado nos presídios, onde os internos são vigiados por profissionais que atuam como guardas, o monitor está longe de ser um simples agente carcerário. Enquanto um é responsável pela contenção do infrator, o outro trabalha pela sua liberdade.

A biografia amorosa do peregrino do óbvio

Viúva de Paulo Freire narra em livro a saga do maior educador brasileiro, cuja morte completa dez anos em 2007

Clóvis Victória
clovisvictoria@gmail.com

Nita e Paulo se conheciam há 50 anos. Quis o destino que suas vidas se cruzassem quando o pai dela acolheu aquele que seria o maior educador já produzido por este país no Colégio Oswaldo Cruz, na Recife de 1937. Nita tinha três anos e olhava curiosa aquele adolescente esquelético e desengonçado, de 16, percorrer os corredores da escola. Afinal, seu pai enxergava no garoto quase esfarrapado e desnutrido e sem dinheiro para pagar mensalidades um potencial homem das idéias. Mas não poderia imaginar que se tornaria seu genro em 1987.

As vidas desses três personagens só se desencontrariam na morte. Só restou Nita, Ana Maria Araújo Freire. Passados 60 anos, ela se tornou a herdeira intelectual e autora da mais autêntica e amorosa biografia do mestre. Desde junho deste ano, "Paulo Freire: uma história de vida" (Villa das Letras Editora, 670 páginas, R\$ 69,00) tenta reparar a injustiça que o atraso intelectual de uma nação inteira cometeu: não reconhecer como deve o valor deste grande pensador contemporâneo.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife em 19 de setembro de 1921. Amou todos os seres ao seu redor. Construiu, com o coração, um método revolucionário de alfabetizar ética e politicamente cidadãos privados de ler a palavra e o mundo. O método Paulo Freire ficou tão famoso na Europa, Estados Unidos, África e Ásia quanto no Brasil. Sua morte foi em maio de 1997, aos 76 anos. Um infarto do miocárdio fulminante acabou com mais de meio século de dedicação ao estudo e à causa dos pobres.

Nita Freire foi a segunda mulher de Paulo. Seu pai, Aluísio Pessoa de Araújo, antevira talento onde havia fome. Tratou de aceitar a matrícula de um garoto que nada tinha a ofere-

cer à escola particular senão amizade e gratidão. No Colégio Oswaldo Cruz, Freire estudou por dois anos e passou a dar aulas de reforço para alunos da admissão. Sua especialidade era a Língua Portuguesa. Os estudos iniciais formaram a base para o curso de Direito concluído em 1947 na Universidade de Pernambuco.

O método Paulo Freire ensinava a ler a partir do contexto de vida dos adultos

A retórica dos tribunais não seduzia aquele menino pobre que perdeu o pai logo cedo e até furtou mangas para matar a fome na infância. Ele queria pensar a educação e mudá-la. Foi nessa época que se casou com a educadora infantil Elza Maia da Costa Oliveira com quem viveria por mais de 40 anos, até ficar viúvo em 1986.

O método

No início dos anos 60, Paulo Freire teve a inspiração para seu método de alfabetização em família. Durante passeio com o filho Lutgartes, então com dois anos, percebeu que o menino lera a palavra "Nescau" num *outdoor* a partir da associação com a imagem de uma propaganda da televisão. Freire concluiu que o filho lera a partir do contexto de sua vida.

Para comprovar a teoria, fez testes com a cozinheira da família. Maria Gonçalves da Silva, a Mãe, como era cha-

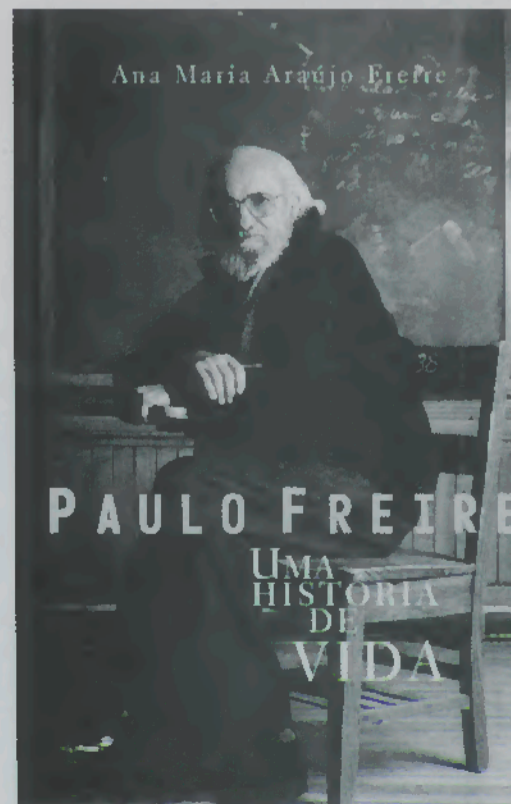
mada, acompanhava a família de Paulo Freire há muitos anos. O professor mostrou a figura de um menino para a cozinheira que não sabia ler e embaixo escreveu a palavra correspondente. Na figura seguinte, suprimiu a sílaba "ni". A cozinheira acusou a falta. Freire percebeu que as pessoas não precisavam de muito para aprender a ler.

O método Paulo Freire partiu então para a prática. Na cidade de Angicos, interior do Rio Grande do Norte, Freire e sua equipe da Universidade do Recife descobriram que homens e mulheres analfabetos aprendiam melhor e mais rapidamente a partir do conhecimento de palavras de seu contexto social. Assim, a partir da palavra BELOTA, uma corruptela de borlota (adorno que se coloca em redes de dormir ou cortinas), ensinou-se um grupo de adultos a ler em três meses.

Em janeiro de 1961, o presidente João Goulart encomendou a Paulo Freire um projeto para implantar o seu método de alfabetização em todo o País. Em janeiro de 1964, só podiam votar eleitores que fossem alfabetizados. O método ético-político era arriscado demais para as forças conservadoras. Freire calculou mais tarde que, em um ano, 6 milhões de brasileiros adultos estariam alfabetizados e aptos a votar.

Era óbvia sua prisão pela Ditadura meses mais tarde. Ficou cercado por tanques e fuzileiros durante 40 dias

na embaixada da Bolívia no Rio de Janeiro, em outubro do ano do golpe, e foi exilado por 16 anos. Está entre um dos últimos intelectuais a ser perdoado pelo Regime Militar. Morreu sem perder a esperança em dias melhores, já conhecido como peregrino, andarilho ou pedagogo do óbvio, pois relacionou alfabetização e conhecimento. Em Nova York, pouco antes da morte, disse, em entrevista ao jornalista Edney Silvestre, como queria ser conhecido. "Eu gostaria de ser lembrado como um sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida".



Opulência

para

B

VERAS
FILHO TEU
FOGE A LUTA

ORDEM

